

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Guilherme Kichel de Almeida

FUTEBOL, IMPRENSA ALTERNATIVA E DITADURA: A COPA DO MUNDO DE 1974
NAS PÁGINAS DO JORNAL *OPINIÃO*.

Porto Alegre
2013

Guilherme Kichel de Almeida

FUTEBOL, IMPRENSA ALTERNATIVA E DITADURA: A COPA DO MUNDO DE 1974
NAS PÁGINAS DO JORNAL *OPINIÃO*.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre
2013

Guilherme Kichel de Almeida

FUTEBOL, IMPRENSA ALTERNATIVA E DITADURA: A COPA DO MUNDO DE 1974
NAS PÁGINAS DO JORNAL *OPINIÃO*.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História, pelo curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Aprovado em:
Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – (Orientador) UFRGS

Gerson Wasen Fraga – UFFS (RS)

Rafael Hansen Quinsani - (Doutorando) (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Várias pessoas tiveram importância na minha trajetória escolar e acadêmica. Não é exagerado dizer que sem elas nada disso seria possível.

Agradeço aos meus queridos pais, Claudete e Volmir, por terem, em todos os momentos, me ensinado, me ouvido e me apoiado mesmo diante de tantas incertezas. Ao meu irmão Augusto, por ter sido, sempre, meu parceiro. Aos meus padrinhos, Cissa e Huilker, pelo carinho e pela ajuda inestimáveis, assim como, minhas primas, Bianca e Fernanda pela companhia e pelo riso fácil. Além do meu primo e amigo, Caetano, pela convivência e paciência.

Agradeço aos meus amigos, especialmente ao Arthur pela disposição e pelo companheirismo nesse último semestre. Outros também, nesses cinco anos, foram importantes: Nathali, Luciano, André, Ricardo, Eduardo, Raquel, Guilherme Tortelli, Guilherme Nunes, Luiza, Robinson, Rebeca, Rafael e outros tantos, a eles, o meu carinho.

Também sou grato às pessoas que me deram, durante o curso, oportunidades de ampliar meu aprendizado educacional e profissional. Da UFRGS, especialmente às professoras Claudia Wasserman e Carla Meinerz, além do orientador desse trabalho e de tantos outros, professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Do Colégio Província de São Pedro, agradeço, especialmente a Eliane, Magaly, Mateus e João por todos os ensinamentos.

Além deles, lembro-me de todos que, de alguma forma, com uma palavra, um gesto ou uma conversa fizeram a diferença.

Algumas pessoas acreditam que futebol é questão de vida ou morte. Fico muito decepcionado com essa atitude. Eu posso assegurar que futebol é muito, muito mais importante.

Bill Shankly - técnico do Liverpool de 1959 a 1974.

O futebol é a pátria, o poder é o futebol: Eu sou a pátria, diziam essas ditaduras militares.

O futebol é o povo, o poder é o futebol: Eu sou o povo, diziam essas ditaduras militares.

Eduardo Galeano

RESUMO

Esta pesquisa pretende-se um estudo sobre a repercussão da Copa do Mundo de Futebol de 1974 nas páginas do jornal *Opinião*. O futebol, desde muito tempo, atuou como parte integrante da formação da identidade nacional brasileira. Além disso, a Copa do Mundo, juntamente com o desempenho da Seleção, ao representar o confronto de nações e a união da *comunidade imaginada*, opera como importante elemento simbólico na composição da nossa identidade. Assim, em um contexto ditatorial e de propaganda política, o esporte mais popular do país serviu, também, aos desígnios ideológicos do regime civil-militar. No ano de 1974, o general Geisel assumia o poder e o governo passava por um processo de germinal instabilidade, pois os resultados econômicos já não eram tão proveitosos com o final do “milagre brasileiro”. Ademais, a chamada imprensa alternativa, mesmo com a censura, estruturava-se na resistência ao sistema vigente. Portanto, a partir da análise do conteúdo das matérias publicadas pelo semanário, principalmente as relativas à seleção brasileira, pretendo compreender quais os discursos e questionamentos, que a participação e, particularmente, a derrota do escrete nacional no mundial, geraram em um jornal da imprensa alternativa.

Palavras-chave: Imprensa - Imprensa Alternativa – Opinião – Futebol – Seleção Brasileira – Ditadura Civil-Militar.

ABSTRACT

This paper is a study on the repercussion of the 1974 World Football Cup on the pages of a newspaper named *Opinião* during the same year. Football, since long ago, has been acting as part of the Brazilian national identity. Moreover, the World Cup, along with the Brazilian team performance while representing the confrontation among nations and the union of the *imagined community*, plays as an important symbolic element in the composition of our identity. Hence, in a dictatorial, political-propagandized context, the most popular sport in the country would also serve the ideological designations of the dictatorship. In 1974, specifically, general Geisel took over and the government was going through a very unstable process, since the economic results were not as beneficial with the end of the “Brazilian miracle”. Furthermore, the so called alternative press, despite the censorship, was being structured on the resistance to the existing system. Therefore, from the analysis of the content of the articles published at the weekly publication, mainly the ones related to the Brazilian team, I intend to understand which speeches and doubts were arisen in an alternative press newspaper, from the participation, and mainly the defeat of the national bests at the World Cup.

Key words: Press – Alternative Press – Opinião – Football – Brazilian Team – Civil-Military Dictatorship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1: FUTEBOL, DITADURA E IMPRENSA ALTERNATIVA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONTEXTO HISTÓRICO	14
1.1 Considerações Teóricas	14
1.2 A Ditadura Civil-Militar Brasileira e a Doutrina de Segurança Nacional: a institucionalização do golpe e a instrumentação ideológica	19
1.3 A Reestruturação das Esquerdas e a Imprensa Alternativa: o caso do jornal <i>Opinião</i>	27
CAPÍTULO 2: A COPA “ANTES” E “DURANTE”: CRÍTICAS E SUSPEITAS	31
2.1 A Crítica Transcende os Gramados: a preparação da Seleção, CBD, sociedade e ditadura	32
2.2 A defesa do estilo nacional	38
CAPÍTULO 3: O PÓS-DERROTA: FUTEBOL BRASILEIRO EM CRISE?	47
3.1 “A culpa” se complexifica.....	49
3.2 Do “oba-oba” ao niilismo.....	54
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

O futebol, como esporte mais popular do Brasil, representa uma importante forma de manifestação da nossa nacionalidade. Nele, a identidade nacional encontra parte dos elementos que constituem o “ser brasileiro”. Somado a isso, a notável capacidade mobilização e união que ele promove, principalmente em épocas de Copas do Mundo, tornam-no interessante aos olhos das autoridades políticas. No período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), esses elementos foram essenciais para tentativa de utilização do futebol como propaganda governista. O pretense otimismo do governo e o anseio pelo “Brasil Grande” (FICO, 1997, p.73), se encaixaram perfeitamente com um escrete nacional vitorioso internacionalmente. Nessa conjuntura, o presente trabalho trata sobre a Copa do Mundo de futebol de 1974 (disputada na Alemanha Ocidental) e como as diferentes relações simbólicas que permeavam a seleção brasileira se expressaram no jornal *Opinião* (1972-1977) em pleno governo ditatorial.

Instaurado em 1964, o golpe militar derrubou João Goulart do poder e iniciou um período ditatorial que duraria 21 anos, até 1985. Em um contexto de guerra fria, em que *leste* e o *oeste*, União Soviética e Estados Unidos, disputavam em termos culturais, políticos e econômicos, os militares, sob a influência da Doutrina de Segurança Nacional (COMBLIN, 1980), identificaram o “comunismo soviético” como um inimigo e que, conforme o conceito de *guerra total* deveria ser derrotado de qualquer forma. Para tanto, o Estado deveria submeter todas as atividades da nação à sua política de segurança (BORGES, 2009, p.24-25). Assim, o período entre 1964 e 1968, também serviu para a primeira fase da institucionalização do golpe (ALVES, 2005). Portanto, os governos Médici (1969-1974) e Geisel (1974-1979), mesmo este último disposto à abertura política, contaram com três dos pilares básicos da repressão: polícia política, censura e propaganda (FICO, 2009).

Dessa forma, a Aerp (Assessoria especial de relações públicas), criada em 1968, órgão responsável pela publicidade oficial do governo, ganhou com Médici grande importância (FICO, 1997). A partir desse momento a preocupação seria fazer propaganda de forma velada e implícita, sobretudo devido ao passado negativo da associação entre política e publicidade, mais precisamente em relação ao Nazismo. A estratégia, inovadora para a época, seria trazer assuntos gerais e de aceitação universal, além do uso extensivo dos recursos audiovisuais. Um dos exemplos mais marcantes foi a apropriação do tricampeonato de 1970 e, além da extensiva militarização, a ligação deste com a imagem do governo ditatorial:

A propaganda embalou a seleção desde sua partida para o México. A marchinha “Pra frente Brasil” era tocada nas rádios, nos programas de televisão, nos desfiles militares e nas escolas. Os cartazes de propaganda do regime confundiam-se com o sucesso do escrete nacional. Na semana da Pátria o slogan era “Ninguém mais segura este país”. Nas repartições públicas, “Ontem, hoje, sempre, Brasil”. Nos intervalos comerciais das emissoras de rádio e televisão, “Até 1964 o Brasil era apenas o país do futuro. E então o futuro chegou”. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.143).

Nesse mesmo contexto de propaganda, censura e repressão, foi sintomática a ação da chamada imprensa alternativa, mais informalmente conhecida como *nanica*. Em tempos de recrudescente censura, um jornalismo de resistência tentava questionar e se posicionar contra os desmandos de um governo autoritário e criminoso. Entre os exemplos de periódicos alternativos estão: *O Pasquim*, *Movimento*, *Versus*, *Em tempo*, e, a fonte escolhida para o trabalho, *Opinião*. Em resumo, durante a ditadura:

[...] esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição. (ARAÚJO, 2000, p.21).

Assim, a própria escolha da fonte é parte relevante da pesquisa. O jornal *Opinião* (1972-1977) compôs um importante contexto histórico e conseguiu reunir intelectuais e jornalistas em uma publicação semanal. Segundo Bernardo Kucinski: “OPINIÃO nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a feição clássica com uma linha editorial crítica.” (KUCINSKI, 1991, p.259). No entanto, esse marcante momento do jornalismo brasileiro é pouco lembrado pela sua produção no campo esportivo¹. Na presente investigação, portanto, as ligações entre política, sociedade e esporte serão um importante eixo de análise.

Já entre os principais objetivos do trabalho estão: compreender como os discursos sobre futebol e a seleção brasileira foram representados e utilizados pela imprensa na Copa de 1974. Devido à derrota, as culpabilizações e as reproduções textuais tendem a revelar tensões e fraturas, não só do campo esportivo, mas também da própria sociedade (GUEDES, 1998). Essas podem ser culturais, através do questionamento do estilo brasileiro de jogar futebol e, consequentemente, da nação brasileira; como também podem ser políticas e sociais, ao se expressar através de críticas ao regime ditatorial pela derrota nos campos alemães, por exemplo. Por ser um jornal “alternativo”, com um viés intelectual, e privilegiar questões políticas e econômicas, será interessante investigar o espaço e os problemas que a Seleção

¹ Encontrei apenas um trabalho relacionado: DIAS JUNIOR, Leonço. **Futebol e política em 1970**: uma análise editorial do Jornal O Pasquim no tricampeonato do México. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação); UFRGS, 2010.

gerou no periódico. Ademais, o uso político que o governo fez do futebol, questões como o “ópio do povo” e alienação podem ajudar a esclarecer ou apontar caminhos de como parte da esquerda brasileira pensava o esporte mais popular do Brasil.

No que concerne às principais motivações para a realização dessa pesquisa está o fato de que o futebol ainda é um objeto de estudo em construção nas ciências humanas. Diversas são as razões para essa desconexão entre os dois. A origem deste “preconceito com perfil teórico” (DAMO & OLIVEN, 2001, p.40), pode ser encontrada na Escola de Frankfurt, principalmente com os autores Adorno e Horkheimer. Ainda que não tivesse se debruçado especificamente sobre o futebol, essa linha de pensamento influenciou na classificação na classificação do jogo como o “ópio do povo”. As marcas dos regimes totalitários, fascista e nazista, e a utilização dos esportes para fins propagandísticos ainda deixavam cicatrizes. Assim, os usos do esporte e, particularmente do futebol, como arma propagandística tem recorrência na história do século XX. Especialmente após a massificação e a progressiva conexão com o nacionalismo, ele tornou-se muito útil aos olhos das mais diversas matrizes ideológicas e dos mais diversos políticos. Entre os casos mais representativos estão o do fascismo italiano que, na década de 1930, desfrutou da seleção nacional para promover os valores ideológicos do regime de Mussolini (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.50-51); e a Hungria de Puskas, que sob o controle de um Estado comunista e pró-soviético, teve sua imagem ligada ao um pretenso sucesso do socialismo (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.55-58).

Além disso, o estudo acadêmico referente, especificamente, ao período militar ainda encontra alguns espaços vazios importantes, entre eles a Copa do Mundo de 1974. Apesar de significantes obras terem sido produzidas, entre elas o artigo de Gil (1994) no qual citaremos mais a frente, elas acabam mantendo um caráter generalista, ao visar entender o todo mais do que o específico. Um desses exemplos é o livro de Hilário Franco Júnior, *A dança dos deuses: futebol, sociedade e cultura* (2007). Por exemplo, em relação à ditadura é destacada a Copa de 1970, enquanto para a de 1974 é dada pouca atenção. De maneira análoga, mas um tanto menos pretensiosa, Gilberto Agostino, em sua obra, *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional* (2002), também foca nas relações entre governos autoritários e o futebol. O capítulo quatro, *Populistas, Ditadores e Guerrilheiros* trata das relações entre política e futebol, no Brasil e na Argentina, principalmente. O que concerne à ditadura, novamente a Copa do México é o destaque. A militarização, as disputas entre CBD e governo (caso João Saldanha) e o uso propagandístico são lembrados. A Copa, e o ano de 1974 são, mais uma vez deixados de lado e não são apontados com relevância.

Por último, existem também estímulos do campo político, social e esportivo. Com a realização da Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo da FIFA de 2014, as relações entre futebol e sociedade ganham mais destaque no Brasil. Recentemente, diferentes documentos provaram a ligação do atual presidente da CBF, José Maria Marín, com o governo da ditadura civil-militar². Além disso, as construções, privatizações e reformas de novos estádios geram questionamentos tanto pelo gasto excessivo nas obras quanto pelos locais escolhidos para a construção³. Além de tudo, as justificativas para a realização dessas competições, normalmente, apelam para a nacionalidade e a necessidade do Brasil mostrar-se grande perante o mundo. Assim, em um momento tão importante para o nosso esporte, acreditamos que pesquisar e buscar relações entre o futebol e a sociedade brasileira, em um período como a ditadura-civil militar, faz-se urgente e presente.

Em relação à metodologia, a pesquisa compreendeu a análise das edições do *Opnião* durante todo o ano de 1974. Acessamos, durante o ano de 2013, as edições do periódico através do site da Biblioteca Nacional, que contém uma excelente hemeroteca digital⁴. Focamos nas matérias relativas ao futebol, mais propriamente, relativas à seleção brasileira e à Copa do Mundo. Essa escolha se deu pela necessidade, devido aos objetivos do trabalho, de entendermos as expectativas e problemas emitidos pelo semanário anteriormente à derrota. Consideramos esse o melhor roteiro para analisar as razões e o contexto do pós-derrota, além de como o periódico repercutiu esta última depois da eliminação do escrete brasileiro.

Justamente por compreender o futebol como um fenômeno histórico e complexo debateremos, no início do primeiro capítulo, sobre algumas questões teóricas e que nos auxiliarão no restante do trabalho. Um dos preceitos relevantes é o de Roberto DaMatta (1982), quando o antropólogo combate a tese de que o futebol deveria ser compreendido e estudado como um fenômeno alienador e, portanto, que serviria às elites para “controlar” o restante da população. Assim, procura entendê-lo juntamente com a sociedade brasileira e, ainda, julga que uma melhor compreensão dessa passa, igualmente, pelo estudo do esporte mais popular do país.

Outro elemento fundamental para o trabalho é a relação entre futebol e identidade nacional. Para tanto, utilizaremos importantes reflexões de Benedict Anderson (1989), Ernerst

² Baseado em documentos da época da ditadura, o portal de internet UOL publicou a seguinte reportagem sobre a relação em José Maria Marín e sua relação com esse período histórico brasileiro: <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/11/marin-era-ligado-a-ala-radical-da-ditadura-segundo-arquivos-do-regime.htm> - Consultado em: 02/07/2013.

³ O orçamento estipulado para a Copa do Mundo de 2014 já foi ultrapassado algumas vezes, recentemente chegou aos R\$ 28 bilhões e reais: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1297264-gastos-publicos-com-a-copa-2014-sobem-e-chegam-a-r-28-bilhoes.shtml> - Consultado em: 02/07/2013

⁴ <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Gellner (1993) e Eric Hobsbawm (1997, 2013), especialmente para o estudo dos conceitos de nação e nacionalismo. O desenvolvimento histórico de ambos, durante os séculos XIX e XX, foi fruto de um mundo capitalista que mudava econômica, política e culturalmente. Nesse momento de redefinições no qual a burguesia assumia cada vez mais poder e influência, entender como o esporte foi ligando-se com a formação nacional de vários países é essencial. No nosso caso, principalmente o Brasil passará pela explanação dessas importantes definições. Além desses, o conceito de *representação* terá pertinência, pois os diversos e multifacetados discursos (políticos, culturais, etc.) trazem simbolismos próprios, além de agir socialmente numa esfera de poder. Os autores Roger Chartier (1991) e Carlo Ginzburg (2001) formam o alicerce desse segmento. Um exemplo dessas “representações” é a construção do estilo nacional brasileiro e sua caracterização como “futebol-arte”, definição que serviu e serve como base de legitimação para um determinado modo de jogar, contrário à identidade europeia, o “futebol-força”. Entre os autores selecionados para essa discussão estão: Arlei Damo (1999), Hugo Lovisolo e Antônio Jorge Soares (2011), além de Alessander Kerber (2007).

Na segunda parte do capítulo inicial o nosso foco é a ditadura civil-militar (1964-1985). As diretrizes ideológicas do regime são de suma importância, também para entendermos o porquê da utilização do futebol e da Seleção como propaganda política. Por isso, a Doutrina de Segurança Nacional e seus principais pontos serão discutidos nessa seção. Trataremos, além disso, da institucionalização do golpe, de como os militares formaram e solidificaram o Estado através de uma série de atos institucionais, inclusive com uma nova constituição, em 1967, culminando com o marcante AI-5, de 1968. Por último, analisaremos o histórico da propaganda política dentro da ditadura até o ano de 1974, sua lógica e seus principais meios de ação, especialmente nos tempos da Aerp. Na última parte desse capítulo, entraremos no mundo da imprensa alternativa e da esquerda brasileira do período, que já passava por uma reformulação de seus pensamentos e estratégias com a derrocada da luta armada (ROLLEMBERG, 2009). Além de fazer importantes adendos em relação ao uso da imprensa como fonte histórica, baseados em Maria Capellato (1988) e Gerson Fraga (2004).

No segundo capítulo começaremos nosso diálogo direto com as fontes. Assim, problematizaremos as matérias do “antes” e do “durante” à Copa. Por isso, faremos breves contextualizações do período ditatorial, mais precisamente do momento que o Brasil vivia em 1974 e no início do governo Geisel. Ademais, dividimos o capítulo em duas partes. A primeira sobre como a preparação da Seleção antes da competição foi retratada nas páginas do semanário e quais as perspectivas e críticas feitas pelo mesmo. Já na segunda, nossa discussão

permeará o mundo simbólico e identitário que cerca a seleção nacional. Lidaremos, assim, com algumas características do considerado “estilo brasileiro de se jogar futebol”, baseado em características próprias, tais como a improvisação, individualidade, talento, etc. Em seguida, terminaremos essa parte com a análise do posicionamento do periódico, e as razões do mesmo, perante o desempenho do selecionado nos campos alemães.

No terceiro e último capítulo, abordaremos o pós-eliminação da Seleção e como o fraco desempenho (apesar do quarto lugar) foi visto nas páginas do *Opinião*. Nosso objetivo é o de entender a apreciação do jornal perante o processo de culpabilização, quais as possíveis revelações, críticas ou fraturas sobre e da sociedade brasileira que o futebol e a derrota trouxeram a tona. A direção que seguimos, portanto, foi de contextualizar esse momento sensível com duas obras que se relacionam, direta ou indiretamente, a ele: *Passes e Impasses: futebol e cultura no Brasil* (1997), de Ronaldo Helal e o artigo, *O Drama do “Futebol-Arte”: o debate sobre a seleção nos anos 70*, de Gilson Gil (1994). O primeiro trata da crise organizacional pela qual o futebol brasileiro passava (e talvez ainda passe), na década de 1990 e argumenta que a deflagração dessa crise se deu em meados dos anos de 1970. Ainda que o autor não faça referência explícita ao mundial de 1974, notamos que a performance do escrete brasileiro na Copa pode ter agido como fator importante nessa situação. Já a segunda obra supracitada, ocupa-se de uma possível crise simbólica do futebol e do estilo nacional e, aqui sim, o autor pontua o mundial de 1974 como marco original desse processo de questionamentos. Visto esse contexto, procuraremos entender se e como o semanário dialogou com alguns desses elementos, qual foi sua postura e, mesmo, sua posição e indagações perante o insucesso da Seleção.

1. FUTEBOL, DITADURA E IMPRENSA ALTERNATIVA: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONTEXTO HISTÓRICO.

1.1 Considerações Teóricas

O futebol, ao ser tomado como objeto de pesquisa, não deve ser analisado em contraste com a sociedade. Como nos aconselha DaMatta (1982, p.21), ele deve ser pensado junto com ela. Segundo o autor, a partir de um viés antropológico, a sociedade brasileira pode ser interpretada através do estudo daquele. Acreditamos que o mesmo raciocínio pode ser utilizado para a investigação histórica, não só do futebol como do próprio esporte. Um dos maiores exemplos desse tipo de perspectiva é dado por Norbert Elias no livro *Deporte y ocio en el proceso de la civilización*. (ELIAS & DUNNING, 1992). O autor demonstra que o processo civilizador, ocorrido na Europa nas idades moderna e contemporânea, também pode ser visto através do esporte. Como demonstra Gilmar Mascarenhas (2001), o futebol se expandiu e se popularizou devido à expansão do império inglês e do desenvolvimento do capitalismo moderno. Portanto, desde sua gênese, até sua propagação e massificação somente podemos decifrar o esporte mais popular do mundo, se também o fizermos com o contexto histórico desse processo.

Estudar o mundo pós-revolução francesa, com ênfase no continente europeu, foi uma das tarefas a qual se propôs o historiador britânico Eric Hobsbawm. Entre as profícuas conclusões do autor, uma delas chama a atenção: de que seria impossível entender o mundo atual sem a compreensão do conceito de “nação” (HOBSBAWM, 2013, p.9). Se ao senso-comum a nacionalidade brasileira, inglesa ou argentina parece algo natural, aos olhos do historiador, a afirmativa é a oposta: “[...] não considero a ‘nação’ como uma entidade social originária ou imutável. A ‘nação’ pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente.” (HOBSBAWM, 2013, p.18). Desse modo, de forma similar ao futebol, a “nação” também é um fenômeno histórico datado. Essa congruência, evidentemente, não é sem razão. Podemos dizer, inclusive, que para entender o primeiro é necessário que entendamos o segundo.

O início desse caminho exploratório pode ser iniciado com uma pergunta básica: O que é uma nação? Para chegarmos a uma resposta adequada, nos utilizaremos dos estudos e inferências de Benedict Anderson: “[...] ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana.” (ANDERSON, 1989, p.14). Ela é imaginada, pois seus membros jamais conhecerão todos os componentes da comunidade; ela é limitada, pois possui fronteiras finitas e a própria identidade da nação pressupõe a alteridade;

é soberana já que sonha em ser livre e a concretização dessa liberdade somente seria possibilitada pelo Estado soberano; por fim, é uma comunidade porque é: “[...] concebida como um companheirismo profundo e horizontal.” (ANDERSON, 1989, p.16), assim a exploração e a desigualdade social são, no mínimo, relativizadas em prol do coletivo nacional.

Ainda que a abordagem de Anderson enfatize a origem cultural da nação, ele compartilha da premissa de que ela só pode ser entendida por sua vontade de soberania, expressa pela existência de um Estado. A crença de que a nação existe e é livre, ou seja, a *consciência nacional*, esplanada pela luta da soberania daquela, é o que caracteriza o princípio do nacionalismo. Para Ernerst Gellner, este se exprime por ser: “[...] essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra” (GELLNER, 1993, p.11). O antropólogo francês relaciona a existência do nacionalismo a do Estado:

A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades centralizadas são aceites e consideradas normativas, constitui uma condição necessária do nacionalismo, embora certamente insuficiente. (GELLNER, 1993, p.16).

Na mesma linha de Gellner, Hobsbawm sintetiza as diretrizes necessárias para o entendimento do nacionalismo e da definição de nação, ao dizer sobre esta última que:

Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação [...] Em uma palavra, para os propósitos de análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. (HOBSBAWM, 2013, p.18-19).

Assim, a estruturação do Estado durante as revoluções francesas e o século XIX atuou como elemento fundamental na formação, primeiramente do “princípio de nacionalidade” e depois, em sua transformação, no “nacionalismo” do crepúsculo do século XIX. Através de sua expansão técnico-administrativa, o Estado chegava aos lugares mais afastados, por intermédio da polícia, dos impostos, das escolas públicas etc. (HOBSBAWM, 2013, p.115-118). A formação da “nação”, portanto, passa pela institucionalização crescente dos Estados e pelo fortalecimento do nacionalismo como um fator decisivo nas mobilizações de massa, especialmente, entre o último quarto do século XIX e o início do XX.

Porém, como salienta Gellner, não é somente através de uma pretensa unidade política que o nacionalismo tornou-se viável e historicamente possível. Alguns fatores permitiram que as ideias dessa comunidade ganhassem terreno e fossem espalhadas, de modo que atingissem

o maior número de pessoas e, assim, ainda que de forma desigual e complexa, forjasse um sentimento de pertencimento horizontal. Para Anderson:

O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção [o capitalismo], uma tecnologia de comunicação [a imprensa] e a fatalidade da diversidade linguística humana. (ANDERSON, 2009, p.78).

Dessa maneira, o mercado editorial assumiu um papel de protagonista como formador do sentimento nacional. Não só com a proliferação dos livros impressos, dos romances e, conseqüentemente, da estruturação das línguas nacionais, mas também com os periódicos diários. Na própria definição do autor, os jornais seriam “*best-sellers* por um dia”, pois, ajudaram a criar uma nova forma de enxergar o tempo e o espaço em que a simultaneidade seria a regra e, também, trariam em suas páginas, diariamente, em um único e uniforme idioma, o sentimento de comunidade que partilha uma mesma realidade.

A disseminação e massificação dos sentimentos nacionais também se desenvolveram com o que Hobsbawm chamou de “invenção das tradições”. Pois, em uma nova conjuntura social e histórica: “Grupos sociais, ambiente e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social e que estruturassem relações sociais.” (HOBSBAWM, 1997, p.271). O futebol, portanto, foi um desses novos instrumentos, que segundo o autor, pertencia à categoria de “não-oficiais”, por ter sido gerado em grupos sociais sem organização formal e cujos objetivos não eram conscientemente políticos (HOBSBAWM, 1997, p.271). A caracterização desse esporte como da “classe operária” não é gratuita. Mesmo com sua origem elitista, o futebol, rapidamente, passou por um processo de massificação e popularização. Somado a isso, a formação das competições internacionais, dos clubes e federações, certamente contribuiu para que o sentimento nacional fosse espraiado e solidificado. Por conseguinte: “Tanto o esporte de massas quanto o da classe média uniam a invenção de tradições sociais e políticas de uma outra forma: constituindo um meio de identificação nacional e comunidade artificial.” (HOBSBAWM, 1997, p.309).

Essas “novas tradições”, entre tantas conseqüências, criaram novos e reconstruíram velhos símbolos que permitiram aos sujeitos históricos uma nova forma de concepção de mundo, assim como novos meios de vinculação. A *comunidade imaginada*, conseqüentemente, ao propor uma relação horizontal e igual aos seus membros, precisa de símbolos ou imagens que a legitimem e que gerem essa identidade comum. Em outras

palavras, a nacionalidade precisa ser vista e *representada*. Chegamos, assim, a outro importante conceito para a sequência do trabalho: o de “representação”, introduzido, nas ciências sociais, por Émile Durkheim. Seu objetivo era entender melhor algumas dessas “representações coletivas”, tais como, por exemplo, a religião e a importância dessas para a sociedade (SANTOS, 2011). Além disso, o pesquisador pretendia, ao buscar essa definição na psicologia, ampliar seu alcance, pois para ele a representação coletiva: “[...] não é somente a soma das representações individuais, mas um novo conhecimento, que pode, inclusive, favorecer uma recriação do coletivo.” (SANTOS, 2011, p.33).

A complexidade do conceito reside, propriamente, na sua relação com a realidade e como esta é (ou não é) representada. Como salienta Ginzburg:

Por um lado, a “representação” faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar. (GINZBURG, 2001, p.85).

Esse “jogo de espelhos”, nas palavras do autor, demonstra como as diferentes *representações sociais* podem assumir um caráter maleável, pois constantemente a ausência e a presença são remodeladas por diferentes agentes históricos.

Essas diversificadas representações, dessa maneira, também possuem uma historicidade e envolvimento com o mundo social. Um mundo complexo e que sustenta múltiplas relações de poder e de simbologias. Justamente essa aproximação entre o universo cultural e social norteia parte das conclusões de Roger Chartier (1991). Sua intenção é legitimar a história cultural fortalecendo a simbiose entre ela e o social. Por isso, ao se basear no conceito de “representação coletiva”, o pesquisador advoga três modalidades de relação possíveis entre esses dois campos:

[...] de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivas em virtudes das quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183).

À vista disso, esse intrincado e contraditório arcabouço de relações sociais é também caracterizado pela tensão entre distintos elementos, em uma verdadeira “luta de representações”. Esta expressão, cunhada por Chartier, nos é de grande utilidade, pois como

argumenta o autor, ela: “[...] opera um retorno hábil também sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade.” (CHARTIER, 1991, p.184). Assim, por exemplo, as várias representações construídas sobre a “nação brasileira” não são uniformes. São, até mesmo, muito variadas. Da mesma forma, elas integram heterogêneas conjunturas históricas e são elaboradas e reelaboradas por vários grupos que agem em múltiplas posições de poder, de estatuto e de influência. Notadamente, devido a maior força dos grupos sociais dominantes, esse embate simbólico é marcado por uma relação assimétrica e desigual. Por essa razão, algumas dessas imagens e ideias ganham mais proeminência do que outras. Desse modo, nessa multifacetada “luta” há representações mais fortes que alcançam, através dos diferentes meios de difusão (que também atuam com suas próprias representações e intenções), um lugar de destaque no mundo sociocultural.

Entre essas representações, a estruturação do “estilo brasileiro” de se jogar futebol mostra-se um importante e pertinente exemplo. Através de um processo de construção histórica das identidades (LOVISOLO; SOARES, 2011), nos é comum, por exemplo, a ideia de que o futebol brasileiro possui um estilo único, genuíno e que ele é a razão primordial do nosso sucesso dentro dos campos. A origem desse estilo, que seria a representação do nosso povo mestiço e negro, se deu quando novas camadas sociais conquistaram espaço no mundo futebolístico. A obra clássica de Mário Filho, *O Negro no Futebol Brasileiro* (2003), escrita em 1947, com prefácio de Gilberio Freyre, tentou explicar e sedimentar tal procedência, que seria típica dos brasileiros. Tal modo de jogar se basearia, portanto, em características como: ataque, improvisação, habilidade, individualismo. Em outras palavras, o típico “futebol-arte” (DAMO, 1999, p.91). Já, o futebol do *outro*, nesse caso o europeu, encarnado na figura do inglês, seria fundamentado na força, coletividade, eficiência, competitividade (DAMO, 1999, p.91). Temos, dessa maneira, duas matrizes que seguidamente disputam e servem como referência para análises, por exemplo, em Copas do Mundo: o já citado, *futebol-arte* e o que seria sua antítese, o *futebol-força*⁵.

A diferenciação, além de delimitar os modos de jogar, também é definidora das identidades sociais e culturais, por exemplo, dos brasileiros em relação aos europeus. Para nos auxiliar na elaboração do trabalho, invocamos uma importante conceituação elaborada por Alessander Kerber em sua tese: *Representações das Identidades Nacionais Argentina e*

⁵ Mesmo no território brasileiro a ideia do futebol-arte encontra resistência. Nessa “luta de representações” o futebol gaúcho, por exemplo, busca maior identificação no plano simbólico com o futebol força (GUAZZELLI, 2000).

Brasileira nas Canções Interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940) (2007), o autor utiliza o conceito de identidade da seguinte forma:

Neste trabalho, consideramos que existe uma grande influência das condições sociais e, especialmente, materiais, sobre a construção das identidades. Porém, não levamos esta apreciação a uma determinação, avaliando a diversidade de possibilidades e a criatividade com a qual o imaginário de um determinado grupo pode reagir a certas condições. Isso se enfatiza num contexto de desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, onde a produção dos ídolos e do consumo tem influência direta e dinâmica das diversas identidades sociais. (KERBER, 2007, p.37).

Logo, o futebol possui uma forte relação, como parte integrante, com outras formas de identidades. É notável a correlação, por exemplo, entre as Copas do Mundo e os Estados-nação (DAMO; OLIVEN, 2001, p.21). No caso brasileiro essa competição quadrienal é uma das principais formas de expressão da nossa nacionalidade. Como define Gastaldo:

Em uma Copa do Mundo, os participantes não são meros times de futebol, mas “seleções nacionais”, uma espécie de “encarnação simbólica” de cada nação participante do evento. Assim, uma Copa do Mundo é muito mais do que um mero torneio de futebol: ela é uma chance de se colocar a própria nação em perspectiva comparada com o resto do mundo. (GASTALDO, 2006, p.93).

Portanto, o futebol e o próprio esporte moderno não são algo à parte do social, ele o integra, o transforma e é transformado em uma relação mútua. Entendê-lo, assim, só é possível através do estudo das diferentes conjunturas históricas, sociais, coletivas e culturais. No nosso caso específico, compreender as diretrizes e ações do governo militar brasileiro é essencial para que cheguemos mais perto do que a Copa do Mundo de 1974 representou para o jornal *Opinião* e também, evidentemente, para a ditadura civil-militar.

1.2 A Ditadura Civil-Militar Brasileira e a Doutrina de Segurança Nacional: a institucionalização do golpe e a instrumentação ideológica.

Em abril de 1964, com a deposição do presidente João Goulart, os militares tomaram, ilegal e oficialmente, o poder. A partir desse momento, a preocupação seria em como mantê-lo para que pudessem cumprir os objetivos do que chamaram de “revolução”. Assim, apenas oito dias depois do golpe, o país conheceria o primeiro dos vários atos decretados de forma ditatorial pelos novos comandantes da nação. O Ato institucional nº 1, entre outras ordenações, aumentou sumariamente o poder do executivo em relação ao legislativo ao, por exemplo, autorizar o presidente da república a introduzir emendas constitucionais e

possibilitar a cassação de qualquer parlamentar e intensificou o controle sobre o judiciário ao suspender alguns dos direitos individuais. Essas deliberações, no entanto, significaram mais do que a meta de solidificar a autoridade da “revolução”: “A promulgação do Ato Institucional nº 1 efetivamente lançou, assim, as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional.” (ALVES, 2005, p.67). Portanto, desde o alvorecer do golpe, os militares já possuíam determinadas diretrizes a serem seguidas e essas eram guiadas, principalmente, pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Criada pelos Estados Unidos no contexto da guerra fria, ela norteou o pensamento político e militar das ditaduras de *Segurança Nacional* da América Latina. São três os pilares que a sustentam: os conceitos de geopolítica, bipolaridade e guerra total. O primeiro estuda as relações entre a geografia e os Estados, sendo que a partir delas se busca orientações para uma política, para um destino, é a “ciência do projeto nacional” (COMBLIN, 1980, p.24-25). Tal formulação pressupõe um novo conceito de “nação”, adequado aos ideais da doutrina:

A nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. (COMBLIN, 1980, p.28).

A total convergência entre Estado e nação também gerou a personificação de ambos, ou seja, eram apenas uma vontade e quem a conhecia e tinha a capacidade de executá-la eram os próprios militares. A conjuntura geopolítica latino-americana, assim, se reproduziu nos seguintes termos: “A grande tese geopolítica é a divisão do mundo em dois poderes antagônicos e a inevitável integração da América Latina em um desses blocos, por motivos geopolíticos” (COMBLIN, 1980, p.28). Portanto, governados por essa lógica, o alinhamento com o bloco ocidental, comandado pelos Estados Unidos, foi não só desejável como inevitável. Seria esse o pólo que o Brasil estaria destinado a seguir, pois do outro lado estava a União Soviética e sua “vontade de dominar o mundo”. O pólo comunista representaria o “mal”, já que ameaçava os fundamentos básicos da civilização ocidental e cristã. Nesse cenário bipolar, tudo que não estava do lado do “bem” deveria ser considerado inimigo.

Tal estado de constante terror serviu de base para o conceito de guerra total. Segundo Alves:

A teoria da guerra total baseia-se na estratégia militar da guerra fria, que define a guerra moderna como total e absoluta. Em vista do imenso poder destrutivo das armas nucleares e do inevitável confronto das duas superpotências - os Estados Unidos e a União Soviética -, a teoria conclui que a guerra não mais se limita ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia ou da população. (ALVES, 2005, p.43).

Essa conjuntura produziria outras formas de guerras e, no caso latino-americano, seguindo o manual da ESG (Escola Superior de Guerra), a mais perigosa e característica delas seria a “guerra revolucionária”. Este tipo estaria sempre ligado, de alguma forma, à ameaça comunista e soviética. Seu meio de ação era complexo e nem sempre visível. Lento e psicológico, a estratégia principal seria a de conquistar as “mentes do povo”. Tal definição permitiu aos defensores da segurança nacional suspeitarem de tudo e de todos, criando a figura dos “inimigos internos” potenciais e que deveriam ser perseguidos e eliminados (ALVES, 2005, p.45). A falta de clareza de quem e do quê seriam os elementos a serem combatidos era um dos trunfos da DSN, pois assim foi possível estender a autoridade, a opressão e o medo em praticamente todos os setores do Estado e da sociedade civil.

O desenvolvimento e aperfeiçoamento do aparato repressivo até 1968, com o AI-5, foi o que Alves (2005) denominou a “primeira fase da institucionalização”. Essa fase contaria com outros dois pontos-chaves, o Ato Institucional de nº 2 e a Constituição de 1967. O primeiro, decretado em 1965, além de ter reforçado o poder do executivo, acabou com a consulta popular nas eleições presidenciais e extinguiu, pelo Artigo 18, todos os partidos políticos então existentes (ALVES, 2005, p.109-115). Se no começo desse mesmo ano, os militares indicavam certa liberalização política, o decreto finalizou qualquer tipo de otimismo em relação à redemocratização imediata do país. Em um contexto de disputa entre o Executivo e o Legislativo (que perdia seu poder exponencialmente), a Constituição de 1967 foi promulgada, evidenciando o enfraquecimento da oposição e reforçando as bases autoritárias que o Estado lançava. O setor linha-dura do exército, representado pela figura de Costa e Silva, já estava, portanto, no poder e, assim, a opressão recrudescia (FICO, 2009, p.174-175). Dessa maneira, a nova Carta criou um Estado quase exclusivamente baseado no Poder Executivo; incorporou o conceito de Segurança Nacional na qual a ameaça a esta passou a ser antes caracterizada pelas *fronteiras ideológicas* do que pelas *fronteiras territoriais*; por último, manteve a garantia de alguns direitos individuais, entre eles o de *habeas corpus*, fato que seria importante para os desdobramentos do porvir (ALVES, 2005, p.121-135).

Essa “brecha” de liberalização tornou possível o avanço e unificação da oposição, especialmente nos espaços da sociedade civil⁶. A “Passeata dos 100 mil”, no Rio de Janeiro,

⁶ Nesse contexto, tiveram importante papel: a UNE (União Nacional dos Estudantes), a Igreja Católica que passou a defender a população contra a repressão explícita dos militares nos protestos e as forças de oposição sindical, especialmente dos metalúrgicos de Osasco no mandato de José Ibrahim (ALVES, 2005, p.141-157).

em junho de 1968, foi a demonstração de que a própria classe média, antes apoiadora do golpe, mas agora vítima do mesmo, voltou-se contra a situação progressiva de repressão e violência. No âmbito político institucional, o Legislativo tentou resistir à perda de seus direitos, porém as poucas liberdades que restavam (como a imunidade parlamentar, por exemplo) foram extintas com o AI-5, de dezembro de 1968. O Ato mais autoritário de todos, além de não ter estipulado prazo para sua vigência, teve como consequência mais grave: “[...] o caminho que ele abriu para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos.” (ALVES, 2005, p.162).

A mão do Estado militarizado e opressor, portanto, estendeu-se sobre a sociedade brasileira através de diferentes estratégias. Além da institucionalização do golpe, a dominação ideológica também teve um importante papel. Esta, inclusive, podia ser explicada como um contra-ataque aos “comunistas” e suas táticas abstratas e perigosas de conquistar as “mentes do povo”. Tal procedimento expressou-se de diversas maneiras e a propaganda foi um dos importantes meios de ação. Institucionalmente, foi com a criação da Aerp (Assessoria especial de relações públicas), em janeiro de 1968, que o governo iniciou suas pretensões e objetivos publicitários. O contexto do surgimento do órgão, porém, denotou certa hesitação dos militares em solidificar um sistema de propaganda política. O motivo principal se relacionou à visão negativa da ligação entre propaganda e governo, especialmente pela lembrança do Estado Novo getulista (1937-1945) e das ditaduras nazifascistas. Dessa maneira, o órgão não nasceu, por exemplo, com o mesmo prestígio do SNI (Serviço Nacional de Informações) (FICO, 1997, p.92).

Porém, no governo Médici (1969-1974) o *status* e relevância da Aerp mudaram de patamar. Assim, a produção de campanhas, matérias e instrumentos publicitários foi bastante frutífera nesse período. A relação próxima entre Médici e Octávio Costa⁷, ajuda a explicar essa nova situação. Este último foi o principal responsável pelos discursos “poéticos” do presidente e, conseqüentemente, pela repercussão na mídia que esse fato peculiar ganhara, ou seja, a relação entre os dois estreitou-se (FICO, 1997, p.75-76). Costa, assim, foi a figura de destaque e principal arquiteto das ações da Aerp. Apesar do protagonismo deste último, os objetivos da agência, naturalmente, adequavam-se à retórica da ditadura: fundada, principalmente, na ideia de que o Brasil seria o “país do futuro”. Este pensamento, no entanto,

⁷ “Nascido em Alagoas em 1920, formou-se pela Escola Militar do Realengo, em 1942. Em 1964, como tenente-coronel, serviu na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme). Em 1966 foi assistente do general Orlando Geisel no Estado-Maior do Exército e, de 1968 a 1969, comandou o Centro de Estudos de Pessoal (CEP), para depois assumir a chefia da Aerp.” (FICO, 1997, p.98).

não foi criação ou simples fruto de algo maquiavélico dos ideólogos do regime. Além da existência de uma longa tradição literária de exaltação e otimismo em relação ao Brasil, o período de relativa estabilidade do governo Médici o potencializou e serviu de base para a propaganda política:

Tais perspectivas positivas sempre retornam em fases de alguma estabilidade econômica e/ou política – justamente porque não são simples instrumentalizações ideológicas, e sim porque se fundam num imaginário secular que não é de todo imotivado nem desconectado do “poder efetivo”. Assim, não surpreende que o contexto do chamado “milagre econômico” tenha sido propício ao desenvolvimento da retórica sobre a “grandeza viável e tangível do Brasil”. (FICO, 1997, p.77).

A atuação da Aerp e de Octávio Costa possuíram algumas peculiaridades e inovações, especialmente pelo contexto e metas do próprio governo. Tanto a ideia de não ser associado com o passado “negativo” da relação entre publicidade e política, quanto o desejo de amenizar ou esconder a realidade do país, tornaram o caminho da Assessoria um tanto sinuoso. Por isso, a estratégia retórica da Aerp consistiu em:

[...] negar propósitos que, no fundo, eram perseguidos; mas que, admitidos, configurariam uma situação difícil de enunciar: a ditadura estava fazendo propaganda política. Somente, talvez, os que viveram aquela época possam expressar com clareza esse tipo de incongruência. Uma série de relativizações conformava um regime político que, embora autoritário, ditatorial, não pretendia ser identificado desse modo. (FICO, 1997, p.95).

Porém, somente a eloquência publicitária não seria suficiente para a eficácia do plano. A modernização e difusão dos meios de comunicação de massa tiveram um papel importantíssimo nesse processo. Por exemplo, foi notável, nessa época, o controle exercido pelo governo em relação aos meios de comunicação. Após o AI-5 e o Decreto- Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970 a censura tornou-se mais rígida⁸. Este cenário, de maior opressão e cerceamento, além ter inibido os discursos divergentes, também estimulou a propagação dos ideais da ditadura.

A Aerp, dessa maneira, preferiu os meios de comunicação audiovisuais. A massificação desses veículos permitiu aos propagandistas da ditadura a exploração de novos recursos que geraram efeitos positivos, convergentes aos objetivos políticos do governo:

[...] durante os anos de auge da propaganda política dos militares, a sociedade brasileira passou a conviver com as questões suscitadas pelo mais típico dos meios de comunicação de massa: a estetização do cotidiano, a indução de hábitos e,

⁸ O Decreto: “[...] estabelecia a censura de publicações e de “exteriorizações” contrárias à moral e os bons costumes, não abrangendo especificamente a censura política da imprensa. Esta passou a ser censurada com base no *decretum terribile* e nas definições propositadamente ambíguas das diversas versões das leis de segurança nacional” (FICO, 2009, p.189).

segundo alguns especialistas, a ocupação de um espaço deixado vazio pela destruição do sistema político-partidário dos anos 50. (FICO, 1997, p.112).

Esse perfil encaixava-se às proposições da Aerp (e da ARP, já no governo de Geisel). Entre as várias campanhas produzidas pela Assessoria, alguns exemplos como: *O Brasil merece* nosso amor⁹, *Este é um país que vai para frente*¹⁰ ilustraram, ainda que de forma um tanto oculta, as diretrizes e as intenções do regime militar. O intuito de gerar ou estimular a “vontade coletiva”, evidentemente, não se expressaria pela participação política da população, mas sim: “O que se queria era a ‘criação de um clima’, de uma atmosfera de aprovação, de contentamento com os rumos que se iam traçando - que os *militares* iam traçando.” (SKIDMORE, *apud* FICO, 1997, p.130). Dessa forma, a então chamada “vontade coletiva”: “[...] articulava-se centralmente com a noção de ‘caráter nacional’, isto é, o rol de valores brasileiros que deveriam ser constantemente fortalecidos de modo a se consubstanciar uma identidade nacional.” (FICO, 1997, p.130). Esses objetivos podem ser ilustrados através do típico jargão construído pelo órgão de propaganda que continha expressões tais como: “motivar a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento”, “mobilizar a juventude”, “fortalecer o caráter nacional”, estimular o “amor à pátria”, a “coesão familiar”, a “dedicação ao trabalho”, a “confiança no governo” e a “vontade participação” (FICO, 2009, p.196).

O projeto de nação que deveria conduzir a ditadura e fundar as bases para um futuro promissor prescindiu dessas pretensas qualidades. Uma delas, por exemplo, era a ideia de democracia ou conagração racial simbolizada pela, já citada, campanha *Este é um país que vai para frente* (FICO, 1997, p.127). Outro “sentimento” essencial para o nosso sucesso como país seria a “crença no amor” e de como uma sociedade “feliz” teria que ser baseada na solidariedade. Ao se identificar como divulgador desses discursos, os militares também tentavam inculcar a ideia de que eles, ao serem cientes dessas “necessidades” pra uma boa sociedade, eram responsáveis por e agiam de acordo com elas. Se alguém discordasse, portanto, dessa formulação e se alguém discordasse do “amor”, certamente estaria do outro lado e seriam responsáveis pela “tristeza” e pelo conflito, particularidades típicas dos “inimigos comunistas subversivos”.

⁹ Campanha iniciada em Agosto de 1973, e contou com os suportes que a Aerp comumente utilizava; filmes para a TV, *jingles*, adesivos e um cartaz que mostrava muitas pessoas de mãos dadas tendo ao fundo o mapa do país (FICO, 1997, p.125).

¹⁰ Campanha iniciada em Abril de 1976 (FICO, 1997, p.172) já no governo Geisel, o nome da Aerp, então, tinha mudado para ARP (Assessoria de Relações Públicas).

Porém, não era somente através da publicidade que o governo executou seu projeto ideológico, várias outras frentes e recursos foram utilizados. Destacadamente, o sesquicentenário da independência do Brasil, em 1972, mobilizou fortemente os esforços militares. Era o marco temporal ideal para a valorização da pátria, dos símbolos nacionais e do próprio governo vigente. A utilização da memória e da história oficiais, recheada de ícones convenientes aos objetivos ideológicos da ditadura, foi elemento essencial nessa estratégia.

Entre os vários eventos relacionados à data, alguns chamam a atenção. Mesmo não que não tenha sido, inicialmente, produzido para as comemorações, o filme de Carlos Coimbra, *Independência ou Morte*, lançado em 1972, ganhou importância aos olhos do governo que incentivou sua divulgação e difusão (SANTOS, 2012, p.58-59). Da mesma forma, a vinda dos restos mortais de D. Pedro I, foi recebida com grande honra nas terras brasileiras¹¹, além de ter sido um dos principais momentos das comemorações, fosse devido à, propositalmente, carregada simbologia do acontecimento ou à massiva divulgação da mídia¹². Outra importante forma de propaganda foi a impressão e a distribuição dos selos postais. Voltados, principalmente, para a comunidade filatélica, os selos destinaram-se também ao público infantil para possibilitar a “descoberta do Brasil pelos brasileiros” (SOUZA, 2004, p.131). Na mesma época do sesquicentenário foram lançados selos especiais para homenagear os “presidentes da revolução de 1964” (SOUZA, 2004, p.135). Por mais que a propaganda política tentasse não personificar a imagem da ditadura, a exceção foi aberta nesse ano de efusivas e ufanistas comemorações.

Nesse contexto, um elemento adicional foi amplamente explorado pelos “chefes” da nação: o futebol. Talvez o caso mais emblemático e trabalhado pela nossa historiografia tenha sido o da Copa do Mundo de 1970, quando o presidente Médici, um fã assumido do esporte, tentou ligar a sua imagem e a do governo aos tricampeões mundiais¹³. Segundo Santos, o campeonato mundial:

[...] seria o auge da campanha ufanista em curso no governo. Slogans como “Ninguém mais segura este país”, “Ontem, hoje, sempre, Brasil” e “Brasil, ame-o ou deixe-o”, embalados pela marchinha “Pra Frente Brasil” acompanharam a seleção desde sua partida para o México até a volta triunfal, com os jogadores carregando a taça Jules Rimet em carro aberto nas principais capitais do país. (SANTOS, 2012, p.68-69).

¹¹ *Jornal do Brasil*, 03 de setembro de 1972, p.9; *Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1972, p.4.

¹² Durante o ano de 1972, nos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, os eventos do sesquicentenário da independência receberam massiva cobertura jornalística. Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

¹³ Logo após a vitória final contra a Itália, o presidente Médici enviou uma mensagem parabenizando os atletas tentando relacionar o triunfo com os objetivos do governo: “E identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios de que nos devemos armar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico no sucesso de nossa Seleção de futebol, a vitória da unidade e da convergência de esforços [...]” (*Jornal do Brasil*, 21 e 22 de junho de 1970, p.10).

A fusão, futebol e propaganda, assim, se tornou de grande valia para o governo ditatorial. Fosse pela associação entre vitória, nação e ditadura, ou pela possibilidade de, aos olhos do regime, sacramentar seus discursos referentes à “vontade coletiva”, aos “valores” brasileiros, ao “amor a pátria” ou ao “fortalecimento do caráter nacional”. Todo esse linguajar encaixava-se perfeitamente com o tricampeonato, pois quem estava em campo contra a Itália naquele fatídico 4x1 não eram os 11 jogadores vestindo amarelo, era o Brasil inteiro, inclusive, os militares detentores do poder.

Além dessa emblemática sincronia, o governo também estimulou a criação do Campeonato Nacional de Clubes (SANTOS, 2012) que visou integrar todo o território nacional. A construção de estádios pelo Brasil, igualmente, trouxe importante prestígio tanto para governo (com sua obsessão pela grandeza), quanto para os chefes políticos locais. Além dessas forças que almejavam a construção do torneio, esteve também a de João Havelange, que foi constantemente vigiado pelos órgãos de segurança, fato que não o impedira de utilizar o esporte com objetivos políticos. No rol dos casos marcantes do usufruto do futebol com interesses políticos foi marcante o caso do torneio do sesquicentenário da independência, a Taça da Independência. Assim como as outras celebrações, esta teve o objetivo de exaltar a pátria brasileira e seu governo, pois este seria, na época, o atual responsável por levar o Brasil ao seu caminho de grandeza e realizar o verdadeiro potencial da nossa nação.

Somado a isso, estavam os interesses políticos de Havelange, que já nessa época cobiçava o cargo de presidência da FIFA. Uma das formas encontradas pelo ambicioso presidente foi a de encher a taça com federações que ostentavam o poder de voto na eleição presidencial do órgão máximo do futebol. Por exemplo, o “coronel” da CBD pagou 25 mil dólares para a Venezuela vir jogar o certame enquanto a seleção tricampeã do mundo cobrava 15 mil dólares para apresentar-se em terras estrangeiras (AGOSTINO, 2002, p.163). Além disso, outros casos chamaram a atenção, como o das seleções da Alemanha, Inglaterra e Itália, que se recusaram a participar, mencionando o caráter político da competição. Da mesma forma, Pelé negara-se a se envolver: “[...] alegando que sua imagem vinha sendo utilizada pelo regime para legitimar a ditadura no exterior.” (AGOSTINO, 2002, p.162). Em resumo, o campeonato não mobilizou o Brasil, porém contou com um jogo simbólico em importância, com a vitória de 1 a 0 para o time canarinho e cheio das ironias da história: “Sem empolgar a nação como o governo esperava, a competição teve um jogo emblemático: Brasil e Portugal. Cento e cinquenta anos depois, Colônia e Metrópole se encontravam marcadas por um trágico destino comum: ambos sob governos ditatoriais.” (AGOSTINO, 2002, p.162).

Portanto, o futebol, como elemento constituidor de nossa identidade nacional foi importante para as intenções ideológicas dos militares. A utilização da simbologia e da atuação do nosso selecionado em 1970 foi emblemática, pois a união entre esporte, política e propaganda mostrou-se evidente. Mais do que uma simples tentativa de dominar as “mentes do povo”, tais atitudes tinham uma base teórica e prática: a Doutrina de Segurança Nacional. Ao estabelecer um inimigo e a meta de derrotá-lo a qualquer custo possível, o governo ditatorial trabalhou na construção de sua propaganda política. Assim, a criação da Aerp (depois ARP) se mostrou eficaz, ainda que mensurar seus efeitos não seja fácil. Deste modo, a Copa de 1974, mesmo que em um período de transição governamental e de pouca atividade propagandística (se compararmos ao ciclo anterior¹⁴), seria um momento de relevância para o governo e, claro, para a população brasileira.

1.3 A Reestruturação das Esquerdas e a Imprensa Alternativa: o caso do jornal *Opinião*.

A utilização da imprensa escrita como fonte traz importantes e necessárias ponderações. O jornal, assim como qualquer documento histórico, não pode ser visto como transmissor da verdade. Segundo Capelato:

A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das idéias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. (CAPELATO, 1988, p.21).

A contextualização e historicidade da imprensa, portanto, são essenciais. Os jornais e suas cúpulas dirigentes também têm intenções (políticas, econômicas e culturais) e, por isso, são agentes manipuladores. Desde a seleção do que publicar até a forma como é feita a publicação. Assim, o historiador deve estar ciente que:

[...] seu objeto não se constitui somente em um produto da ação humana sob a forma escrita, mas também de um lugar no qual se pretende fixar uma determinada memória; onde se desenrola a luta política; bem como de um mecanismo para levar esta última a cabo. (FRAGA, 2004, p.23).

Ainda que já tenhamos analisado brevemente o cenário político do período, nos deteremos agora, mais especificamente, ao contexto relativo ao jornal *Opinião* (1972-1977),

¹⁴ “A Aerp não foi mantida no início governo Geisel. Segundo se ventilava na imprensa, o novo presidente considerava a propaganda “um gasto supérfluo e uma característica dos governos totalitários.” (FICO, 1997, p.104). Porém, já em 1975 é criada a Airp (Assessoria de Imprensa e Relações Públicas) e em 1976 a ARP (Assessoria de Relações Públicas) retomaria a estrutura antes operada por Octávio Costa e que agora estava sob o comando de Toledo Camargo. (FICO, 1997, p.105).

sua criação e atuação dentro da imprensa alternativa. Esta própria definição já é um tanto esclarecedora. Em um período de crescente censura e de complacência dos grandes veículos de comunicação com as diretrizes governamentais (seja por interesses convergentes, precaução ou medo), surgiram vozes destoantes. Desse modo, o radical “alternativo” mostrou-se útil e válido para o entendimento do significado político, social e cultural desse tipo de imprensa, pois continha quatro significados essenciais:

[...] o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (KUCINSKI, 1991, p.XIII).

Assim, fundamentalmente, a imprensa alternativa era caracterizada por um caráter de resistência ao regime militar. Tal caráter fazia parte de uma conjuntura ampla em que diversos setores da esquerda e da própria sociedade procuravam resistir ao governo ditatorial. O jornal *Opinião* nasceu em um período em que a luta armada¹⁵, como estratégia da esquerda, estava em decadência. Entre o período 1964-1974 essa estratégia foi eficazmente derrotada pelas forças militares e tal insucesso gerou consequências importantes no pensamento da esquerda brasileira¹⁶. Portanto, o recorte temporal do trabalho situa-se em um momento de redefinição das diretrizes esquerdistas, tanto a nível internacional como nacional. No caso brasileiro, particularmente, construiu-se: “Uma esquerda alternativa que procurou formular novos conceitos e novas práticas de política, tendo como pano de fundo a luta de “resistência” contra o regime militar, a crise política do socialismo e a crise teórica dos paradigmas marxistas.” (ARAÚJO, 2000, p.20-21). Essa reestruturação, já durante a década de 1970, portanto, possuiu um norte crucial: a busca pela legalidade, por espaços abertos e públicos de atuação política.

A partir da classificação estabelecida pela autora Maria Paula Araújo¹⁷, agruparemos o jornal *Opinião* como um jornal de esquerda. Segundo a autora, foram de esquerda, na época

¹⁵ A luta armada como estratégia da esquerda revolucionária brasileira foi um fenômeno complexo e diverso. Após o golpe de 1964, tornou-se uma opção real para os grupos e movimentos que passaram a discordar das diretrizes do PCB, sob a acusação de ter fracassado em sua estratégia para a revolução. Assim, grupos como a ALN (Ação Libertadora Nacional); VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) e o PCdoB (Partido Comunista do Brasil) viram na guerrilha e na ação as opções para a revolução brasileira. A vitória do regime militar pode ser datada em 1974, ano em que a “Guerrilha do Araguaia” comandada pelo PCdoB e último foco guerrilheiro, foi eficazmente derrotada (ROLLEMBERG, 2009, p.43-91).

¹⁶ “A ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição à violência que, em contraste com a década anterior, marcou a esquerda no Brasil e no mundo, a partir de meados dos anos 1970. No Brasil, ainda sob a ditadura militar, grupos, partidos e organizações rearticularam-se, buscando nova inserção na vida política do país, forçando a legalidade, procurando espaços abertos e públicos de atuação” (ARAÚJO, 2000, p.98).

¹⁷ Segundo a autora, a imprensa alternativa do período corresponderia à três categorias principais: jornais de esquerda, revistas de contracultura e publicações de movimentos sociais (ARAÚJO, 2000, p.21).

da ditadura, aqueles jornais: “[...] que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas.” (ARAÚJO, 2000, p.21). Apesar desse enquadramento ser possível, *Opinião* apresentava um quadro complexo tanto pela sua própria concepção pluralista como pelas disputas ideológicas internas. O dono e idealizador do periódico foi Fernando Gasparian, empresário do ramo têxtil (proprietário da empresa América Fabril, antes do golpe) e muito bem relacionado com nomes da intelectualidade brasileira como Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado. Segundo Kucinski (1991, p.250) o acontecimento definitivo para a criação do jornal foi a morte de seu amigo Rubens Paiva. Para chefe de redação, Gasparian buscou Raimundo Pereira¹⁸, jornalista já de renome, com experiência na VEJA e também em jornais clandestinos e de menor porte.

A composição do *Opinião*, assim, foi constituída por diversas ideias. O proprietário do jornal queria uma publicação de intelectuais, além de ter adquirido os direitos de veiculação de jornais prestigiados como o *Le Monde* e o *The Guardian*. Já Raimundo Pereira, almejava algo que se opusesse a VEJA, um jornal feito por jornalistas. No fim, surgiu um amálgama, cujo resultado assegurou ao periódico um lugar de destaque na imprensa brasileira. O semanário, portanto: “De todos os jornais alternativos da época era o de perfil mais intelectual. Reunia numa convivência nem sempre harmoniosa, jornalistas, militantes políticos organizados e intelectuais muitas vezes de renome internacional.” (ARAÚJO, 2000, p.24). Dessa maneira, ainda que o periódico possa ser considerado como de esquerda, a união contra um inimigo em comum (a ditadura) correspondeu, na prática, a uma diversidade de diferentes pensadores e pautas que dialogaram em suas páginas.

De certa maneira, o pluralismo do quadro e a estruturação do semanário podiam ser considerados um reflexo de um contexto em que novos atores sociais posicionavam-se contra o governo militar. Assim, boa parte da esquerda pós luta armada buscou diferentes alianças na luta pelos direitos humanos e na reabertura dos meios legais de disputa política. Entre esses novos componentes estavam o partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro); organizações como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e a ABI (Associação Brasileira de Imprensa); a Igreja Católica com as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e as pastorais da terra; o movimento estudantil; além do surgimento de um novo movimento negro, movimento de homossexuais e o movimento feminista (ARAÚJO, 2000, p.119). Assim, para

¹⁸ A trajetória política de Raimundo Pereira, a partir dos anos 1970, esteve ligada à esquerda clandestina. Mantinha conexões estreitas com a AP (Ação Popular) - que em 1971 juntara-se com as diretrizes do PC do B - através de Carlos Azevedo. A relação era tão estreita que o grupo AP/PC do B até tinha certa influência nas publicações do semanário. (KUCINSKI, 1991, p.245-258).

encerrarmos esse subcapítulo, sintetizaremos o que foi o *Opinião*, e o papel que cumpriu em sua época:

Mais do que um jornal político, *Opinião* foi um jornal de debate. Nele estão presentes os grandes temas econômicos, sociais e políticos apresentados e discutidos por intelectuais importantes da época. Nele está documentado, talvez mais do que em qualquer outra publicação, o panorama dos principais debates teóricos acerca do Brasil nos anos 1970. (ARAÚJO, 2000, p.25).

Devido à relevância e ao perfil do jornal, procuramos evitar a enganosa associação da imprensa alternativa com o pensamento estereotipado da esquerda. Não só esta se caracterizava pela diversidade, mas a própria fonte aqui privilegiada e seu caráter diverso, não permitiram a utilização de uma lógica tão simples.

2. A COPA “ANTES” E “DURANTE”: CRÍTICAS E SUSPEITAS.

A Copa de 1974 não pode ser pensada, no caso brasileiro, sem a Copa de 1970 e o significado desta última para a ditadura civil-militar. Pela perspectiva dos militares, a seleção de Rivelino deveria traçar o mesmo caminho da seleção de Pelé. Em 1970, o selecionado foi submetido a uma extensa militarização¹⁹:

[...] A preparação física militarizada respondia ao fracasso de 1966, atribuído à má condição atlética dos convocados. O jogador rebelde de talento espontâneo cedia espaço ao atleta-soldado, sujeito a mecanismos disciplinares repressores, da mesma maneira que o cidadão brasileiro submetido à ditadura. (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.142).

A comparação do autor não é somente metafórica, a partir do AI-5 e do governo Médici os mecanismos legais de repressão aumentaram substancialmente. A preparação para esse salto se deu nos anos anteriores e foi com o governo do ditador gaúcho que a sistemática repressiva se solidificou, pois essa: “[...] amparava-se naquilo que podemos chamar de “pilares básicos” de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura.” (FICO, 2009, p.174-175). No âmbito econômico, vivíamos um período de crescimento industrial, de aumento da concentração de renda e aprofundamento da desigualdade social. O controverso “milagre” foi utilizado pelo governo como propaganda positiva do modelo adotado, mas mesmo já durante sua própria época, as críticas perante o crescimento da desigualdade social contestavam a teoria oficial (ALVES, 2005, p.176-188).

Se a propaganda e os índices econômicos inspiravam certo otimismo aos militares, o final do governo Médici e início do governo Geisel (1974-1979) trouxeram tempos mais conturbados para a situação. A própria vitória desde último nas eleições internas indicou a opção por um projeto de abertura política, em que se pretendia uma *distensão lenta, gradual e segura*, para um Estado de Direito (SILVA 2009, p.261-263)²⁰. Os dois principais

¹⁹ “[...] a comissão técnica foi militarizada: o chefe da delegação era o brigadeiro Jerônimo Bastos, a segurança ficou a cargo do major Roberto Guaranyr, a supervisão com o capitão Cláudio Coutinho, a equipe de preparação física dirigida por Admildo Chiorl e Carlos Alberto Parreira, era composta pelos capitães Kléber Camerino e Benéfio José Bonetti, a preparação de goleiros entregue ao subtenente Raul Carlesso” (FRANCO JÚNIOR, 2007, p.142).

²⁰ Existiu, assim, diferença substancial entre o *projeto* de abertura dos militares e o *processo* de abertura política. A participação e a pressão de setores da sociedade civil geraram inconstâncias desagradáveis ao planejamento inicial do governo. O Pacote de Abril de 1977 ilustra a reação do governo a um momento de tensão com a oposição. Já no governo Figueiredo (1979-1985), os militares perderiam o controle em relação ao processo de distensão, com as mobilizações de massa, a relativa força das principais agremiações partidárias e a incapacidade do governo de controlar os seguidos atentados, a abertura adquiriu um caráter de negociação com a oposição. O processo terminaria em 1985 com a eleição da chapa Tancredo/Samey de forma indireta através de um Colégio

representantes dessa linha foram o recém-empossado presidente e o general Golbery de Couto e Silva. No entanto, esse projeto inicial sofreu sérias perturbações. No campo econômico, já em 1973, o “milagre” sofreu dificuldades com a estagnação do crescimento e o aumento elevado da dívida externa (ALVES, 2005, p.214-215). Além disso, no segundo semestre de 1974 (portanto, após a Copa do Mundo), a oposição lançou uma campanha simbólica para a presidência da república e começou a articulação com outros setores da sociedade, como a Igreja católica, para a defesa dos direitos humanos (ALVES p.216-219). Esse quadro de ofensiva da oposição acabou sendo o prenúncio da vitória eleitoral em novembro. O MDB obteria expressiva vitória no Senado com quatro milhões de votos a mais que o partido situacionista. O triunfo nas urnas foi possibilitado, também, pela iniciativa da oposição em trazer assuntos polêmicos e, até então, proibidos, como “[...] a Lei de Segurança Nacional, a repressão, a necessidade de revogar o AI-5 e a legislação de controle salarial” (ALVES, 2005, p.227). Logo, o momento de transição do governo ditatorial foi instável e prejudicial às ambições arenistas. Contexto parecido, de certa forma, com o da seleção brasileira que se preparava para a competição de futebol mais importante do mundo.

2.1 A Crítica Transcende os Gramados: a preparação da Seleção, CBD, sociedade e ditadura.

Nesse quadro de transição, a Seleção passava por momentos conturbados no início do ano. Tal momento pode ser ilustrado com as críticas que o semanário alternativo fez à organização pré-Copa do time da CBD. Assim, a concentração, à qual os jogadores foram submetidos para se prepararem para a Copa, foi alvo de um rigoroso julgamento e de desaprovações. A matéria intitulada: *Tédio no Retiro dos Padres (Opinião, 25 de março de 1974, p.2)* fez uma minuciosa análise da situação e das razões pelas quais os jogadores teriam que ficar 100 dias concentrados. Inspirados pelo sucesso de 1970, os dirigentes da CBD investiram novamente no que denominavam ser uma “moderna preparação de times de futebol”. Porém, o jornal tentou desmistificar a argumentação da confederação ao citar a preparação de outras grandes seleções, especialmente a alemã ocidental²¹, que estaria primando pela permanência dos hábitos dos atletas, pois estes deveriam sentir-se como em uma “situação normal”. Além disso, a tediosa rotina dos jogadores estaria trazendo graves

Eleitoral. Dessa maneira, no caso brasileiro, ela pode ser caracterizada como uma *transição pactuada* fruto de um acordo entre os setores conservadores do poder e as forças moderadas de oposição (SILVA, 2009).

²¹ A seleção da Alemanha Ocidental era a atual campeão da Eurocopa realizada em 1972 e também seria o país sede da Copa de 1974 na qual venceria, pela segunda vez, a Copa do Mundo.

consequências como a abstinência sexual, a distância da família e a impossibilidade de cuidar dos próprios negócios financeiros (a matéria chega cogitar que Pelé não teria ido à Copa também devido a esse fato). Em resumo:

A preparação da Seleção segundo a CBD “obedece a um rigoroso planejamento”, do qual nem mesmo a imprensa escapa. Tudo é feito dentro de um ritual preestabelecido, com rigor nos horários e em locais previamente determinados de acordo com os órgãos de segurança, presenças constantes e atuantes desde a apresentação dos jogadores convocados até os treinos e viagens da equipe. (*Opinião*, 25 de março de 1974, p.2).

Notamos, assim, uma clara continuidade com o processo realizado em 1970. Pois, o longo período de concentração, o rigor do planejamento, o protagonismo da preparação física, a militarização dos bastidores e da própria comissão técnica ainda estavam presentes. Acreditamos que a explicação para a adoção de tal lógica não possa ser remetida apenas à influência do regime militar e de sua crença em procedimentos técnicos e científicos que gerariam o tão almejado “desenvolvimento”. Pois, a CBD já possuía um histórico de preocupação com a montagem de uma comissão técnica especializada e bem estruturada²²: começou em 1958, ano do primeiro título mundial, e culminara com a vitória em 1970. Por essa razão, a minuciosa organização teria sido um dos motivos do sucesso da Seleção e, além de tudo, virara símbolo da vitoriosa gestão de Havelange à frente da confederação máxima dos esportes brasileiros:

De um desempenho internacional associado ao fracasso, ao desequilíbrio e à fragilidade, até a imagem vitoriosa de tricampeões mundiais, um longo percurso havia sido percorrido – um percurso cujo norte fora a constante reafirmação de valores ligados à organização e à racionalização dos processos. A avaliação positiva dos resultados alcançados se aplicava tanto à entidade quanto à figura do presidente João Havelange, que, no imaginário coletivo, era o elemento galvanizador das mudanças. (SARMENTO, 2006, p.130).

Desse modo, o jornal ultrapassou o campo de futebol e avançou em suas críticas. Assim, a CBD e, de forma subentendida, o governo militar, foram o foco do semanário, pois, a concentração de três meses foi vista apenas em seus pontos negativos e, em nenhum momento o possível sucesso da preparação de 1970 fora colocado como justificativa para a sua repetição quatro anos mais tarde. O periódico, ainda, foi bem claro e enfático sobre quem estaria tirando proveitos dessa estratégia:

²² Curiosamente o princípio de modernização da delegação da seleção brasileira, em 1958, tem entre suas raízes as justificativas raciais, pois a raça brasileira seria, como provaram as copas de 1950 e 1954, instável e despreparada para lidar com grandes decisões (SARMENTO, 2006, p.97-98).

Mas, mais ainda que os preparadores físicos ganham os altos dirigentes da CBD, principalmente João Havelange, seu presidente há 18 anos e atualmente em campanha eleitoral em todos os recantos da Terra onde haja um Federação de Futebol à cata dos votos que lhe permitiram tornar-se o primeiro sul-americano a presidir a Federação Internacional de Futebol (FIFA). Enquanto ele cumpre sua obstinada tarefa política, a Seleção durante quase quatro meses garante a permanência, em todos os meios de comunicação do Brasil, de seu nome nos noticiários. (*Opinião*, 25 de março de 1974, p.2).

Na visão do *Opinião*, além dos preparadores físicos terem obtido destaque com a permanente exposição, o senhor João Havelange foi o principal interessado na organização desse longo período de treinamentos. A crítica ao mandatário se repetiu já durante a competição, com uma breve coluna de título: *O Périplo de Havelange* (*Opinião*, 17 de junho de 1974, p.4-5) na qual o jornal relatou a mobilidade espantosa do presidente, que em menos de dois anos visitara 84 países em busca de votos para a eleição da FIFA. Porém, além da posição criteriosa do semanário sobre a CBD e os objetivos políticos de seu chefe, a escolha editorial em não elogiar a preparação de 1970, a nosso ver, não foi sem motivos. Pois, buscou omitir ou atenuar algo que era quase um consenso para época (os méritos da preparação da Seleção para a Copa do México):

Na época do evento [Copa de 1970] era comum encontramos nos jornais palavras e declarações da comissão técnica em torna das idéias de objetividade, organização, disciplina e competência técnica. Também aparecem reportagens que exaltam a aplicação dos conhecimentos da fisiologia do esforço, dos estudos táticos e do treinamento técnico. (BARTHOLO; SALVADOR; SOARES, 2006, p.107).

Assim, de maneira indireta, o semanário procurou, além de criticar a CBD e a “militarização”, valorizar o que seria a principal característica do nosso futebol: o talento inato de nossos jogadores e a identidade do futebol nacional. A preparação física seria algo em segundo plano para o futebol brasileiro, já que o talento individual, expresso no futebol-arte, era o que caracterizava essencialmente a distinção entre “nós” e os “outros” (europeus, principalmente, que praticavam o futebol-força). Por isso, lembrar ou acentuar como a preparação foi positiva para o desempenho em 1970 poderia afetar e, mesmo, transformar a nossa identidade, ou seja:

Esse tipo de rememoração poderia desvelar ou colocar em jogo a imagem romântica da autenticidade do futebol brasileiro. Assim, o rememorar da vitória de 1970 se torna um jogo de por em evidência aquilo que nos distingue aos “outros” e de esconder o que nos iguala ou que revela a contradição das classificações que operamos no universo social. (BARTHOLO; SALVADOR; SOARES, 2006, p. 105).

Além disso, esquecer (intencionalmente, na nossa visão) os possíveis méritos da CBD e do governo militar em 1970 teve a serventia de potencializar as críticas, já que foram os juízos negativos que imperaram na reportagem. Ainda que o foco de tais avaliações tenha sido a confederação, é inevitável a associação daquela preparação ao próprio regime militar, visto que a Copa do tri foi também caracterizada pela militarização da comissão técnica, pelo constante controle exercido pelos órgãos de segurança e pelos usos publicitários da conquista do mundial. Portanto, elogiar a organização teria trazido um dano triplo ao perfil e aos objetivos do jornal: teria afetado a construção de nossa identidade futebolística; reconhecido os méritos de João Havelange e também da ditadura.

Se a matéria mostrou os que “ganham” com a concentração de 100 dias, também apresentou os que “perdem”. Eram três os elementos derrotados: jogadores, clubes e a imprensa esportiva. Os primeiros, já supracitados, estavam perdendo pela transformação radical de seus hábitos e todas as limitações de terem que ficar presos na concentração. Os clubes, por não contarem com seus principais atletas, perdiam em qualidade e em público, o que era condenável, já que eram eles a base do futebol profissional brasileiro. O terceiro atingido, a imprensa esportiva, foi o elemento que o autor deu mais importância em sua crítica:

Também perde a imprensa esportiva, que faz o jogo da CBD, sem procurar (com raríssimas exceções) informar criticamente os leitores: limita-se à procura de manchetes sensacionalistas – como as das doenças de jogadores, até mesmo as venéreas, como se isso fosse algo de espantoso em se tratando de pessoas normais. Ainda, como em muitos casos, transmite apenas verdadeiros boletins oficiais, disfarçados sob rótulos do tipo “matérias exclusivas”. Esquecem-se de que, antes de tudo, futebol é um jogo que envolve, notadamente no Brasil, paixão popular e enorme manifestações de torcidas. (*Opinião*, 25 de março de 1974, p.2).

A análise pretendeu atingir, especialmente, a chamada “grande imprensa”, os maiores veículos de comunicação e que, principalmente no governo Médici, caracterizaram-se pela omissão: “A euforia vivida pela classe média nutrida no milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente [...]” (KUCINSKI, 1991, p.43). Se a justificativa oficial para tal postura foi o recrudescimento da censura, para Kucinski essa explicação é parcialmente válida. Pois, mesmo antes da instituição da “censura prévia”²³ já existia a chamada auto-censura ou a adaptação, quase sem resistência, da imprensa burguesa aos mandos da ditadura. Dessa maneira, tal aceitação teria outra explicação principal: “O motivo real era uma identificação de classe. Era como se a habitual

²³ Somente dois jornais, nessa época, sofreram com essa medida: O Estado de São Paulo e o Jornal da Tarde (RJ). (KUCINSKI, 1991, p.44).

tolerância das elites frente à tortura de suspeitos de crimes comuns, pela polícia, tivesse se estendido à tortura de presos políticos, desde que *terroristas*.” (KUCINSKI, 1991, p.40). Mesmo com a crise de finais de 1973 e com a decadência do “milagre”, a grande imprensa, de maneira geral e no ano de 1974, não tomou papel ativo nas críticas ao regime, pois ela: “[...] havia perdido o senso crítico.” (KUCINSKI, 1991, p.55).

O trecho da citação do *Opinião*, em sua última frase, demonstrou que o jornal considerava o futebol digno de importância para a sociedade, já que mobilizava milhões de torcedores e, por isso, deveria ser levado mais a sério pela imprensa esportiva. O fato de, por exemplo, serem transmitidos “boletins oficiais” como notícias, além ter demonstrado a já citada complacência da maioria dos órgãos midiáticos, evidenciou um descaso com o esporte e com os leitores. Se tal juízo foi explícito em relação à imprensa, em relação à CBD e ao governo militar ele fora velado, pois indireto. Ao escrever que a imprensa não “informa criticamente”, cabe a pergunta, o que seria informar criticamente? Qual tipo de notícia se adequaria a essa classificação?

A resposta, claro, só pode ser imaginada, mas alguns caminhos podem nos ajudar. O principal deles é relacionar esse “criticamente” com o viés adotado pelo próprio jornalista na matéria acima e o contexto histórico da época. A condenação do planejamento da CBD, a opinião de que João Havelange teria sido o beneficiado central do esquema e a breve menção aos constantes órgãos de segurança presentes na concentração, eram partes, por exemplo, desse contexto analítico e atingiam diretamente o poder constituído tanto do campo esportivo quanto do campo sociopolítico. Tais veiculações e reportagens, especialmente as relacionadas ao governo ditatorial, não podiam ou não deviam ser publicadas, pois a existência do AI-5 e da censura limitava essa intenção (além da passividade e do conluio dos grandes empresários com a ditadura). Assim, nessa complexa conjuntura, o fato de o público não estar sendo informado criticamente nos permite supor que o juízo feito pelo jornalista se estendia à censura oficial e estatal, que era promovida pela ditadura. Novamente, é algo, de certa forma, sutil. Porém como o jornal *Opinião* já era vítima de rigoroso cerceamento é possível que os jornalistas utilizassem de meios sinuosos e disfarçados para publicar suas críticas à situação social e política do Brasil.

Esse viés crítico, que relacionava o futebol com a sociedade na qual estava inserido, deu o tom à matéria, *Agora, como em 70?* (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3). Nela, a Copa mudou de perspectiva, saiu da concentração e foi para o cotidiano das pessoas. Dessa maneira, as consequências do torneio no dia-a-dia da população, assim como seu efeito no setor industrial e comercial, apareceram em primeiro plano. A ideia norteadora era de que

tudo parava, o Brasil *inteiro* parava em tempos de Copa, mesmo onde o tempo só servia para cronometrar a exploração: “Nas fábricas, a rotina industrial sofre abalos em sua rigidez de cercas de arame farpado, guardas de todo o tipo, capatazes e contramestres espalhados por todas as seções nesse dia as linhas de produção podem parar por alguns momentos.” (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3). O autor foi além, quando contabilizou os prejuízos das empresas automobilísticas nesse tempo de exceção:

Os frios analistas do mais poderoso setor da indústria avaliam em números o preço dessa alegria, dessa comunhão nacional proporcionada pelo futebol: durante os 120 minutos exigidos pela transmissão de um jogo [...] a Volkswagen ficará sem produzir 160 veículos, a General Motors deixará de montar 100 Chevettes e Opalas, a Ford adiará a produção de 50 fogosos Corcéis. (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3).

Assim, a realidade estafante e de exploração do trabalhador brasileiro ficava suspensa por um curto período em tempo. Não somente em termos emocionais, já que a Seleção poderia dar certo alívio às frustrações correntes de uma sociedade injusta, mas também em termos concretos, com a diminuição do tempo de trabalho, visto que durante os jogos do escrete verde-amarelo a rotina seria alterada. No entanto, esse poder do futebol foi relativizado na própria conclusão da matéria, pois a Copa, a comunhão nacional e a modesta alteração da rotina provar-se-iam, na visão do autor, fenômenos efêmeros, sem poder de mudanças profundas:

Passa a euforia, logo a vida entrará nos trilhos de sempre. Na vitória ou na derrota, a vida de muitos não se alterará. Nesse mesmo dia 13 de junho, os pobres da cidade do Rio de Janeiro voltarão mais um vez ao convento de Santo Antônio, como fazem todo santo ano, para recolher os pães dos óbulos em louvor ao milagroso padroeiro [...] *Brasil patrão da bola.*(*Opinião*, 10 de junho de 1974).

Essa passagem, talvez, tenha ilustrado a crítica mais clara referente ao futebol, feita nas páginas do periódico. De certa maneira demonstrou como ele pode representar o que Flores (1982) definiu como a “ideologia da permanência”. Pois, de acordo com o ponto de vista da matéria, a Copa e a Seleção pouco ou nada contribuíam para mudanças sociais efetivas. Pelo contrário, ao incentivar o nacionalismo e a diminuição ou neutralização das diferenças sociais, ele estaria estimulando a continuidade de uma sociedade injusta. Nesse sentido, o futebol atuaria como um elemento alienador²⁴ da realidade, pois estaria servindo para que esta não fosse descoberta e se mantivesse sob o véu das ilusões.

²⁴ A tese de que o futebol poderia ser reduzido a simples instrumento de alienação foi recorrente em autores como Vinnai (1970) e Ramos (1984). No caso brasileiro, essa diretriz de interpretação foi discutida por DaMatta (1982), que tentou desmistificá-la ao entender o futebol como parte da sociedade e não separada dela. Já em

Portanto o jornal revelou uma visão crítica e complexa em relação ao futebol. Ao mesmo tempo em que defendeu o estilo nacional, o talento de nossos craques e a cultura popular, ao, por exemplo, ter ocultado a importância da preparação física em 1970 ou lembrado que o futebol era parte da cultura brasileira, também demonstrou outras implicações e metáforas que o esporte mais importante do país era (e ainda é) capaz de gerar, especialmente dentro de um contexto ditatorial. Dessa maneira, foi criticada a militarização dos bastidores da Seleção, a rotina sem liberdades dos jogadores, a imprensa que “faz o jogo da CBD”, além do semanário ter alterado a perspectiva de análise ao criticar a mobilização nacional que o futebol provocava, pois representaria nada em termos de transformações sociais efetivas. Assim, de certa maneira, o periódico empenhou-se em fugir do senso-comum ou da chamada “grande imprensa esportiva” que, como já fora criticado pela própria publicação, tendia a ser complacente e acrítica. Na segunda parte deste capítulo, veremos como o semanário manteve o tom crítico, porém, dessa vez em relação ao desempenho do time de Zagallo dentro das quatro linhas.

2.2 A defesa do estilo nacional

Para essa parte da investigação é essencial que retornemos ao chamado “estilo brasileiro” de jogar bola, sua historicidade, características e significados. A massificação do futebol brasileiro, no início do século XX, permitiu que ele se constituísse como um dos meios de construção para a identidade brasileira, ainda germinal. Se até os anos 1920, existiu certa tensão entre ufanistas e críticos do esporte, a partir da década seguinte, com o getulismo e o projeto de integração nacional, sua popularização e legitimidade estavam solidificadas (LOVISOLO & SOARES, 2011, p.41-42). Nesse processo, a imprensa teve papel de destaque, já que eram, nessa época, o rádio e a imprensa escrita os principais meios de difusão do esporte das massas. Sem as mídias audiovisuais, o áudio e a palavra escrita ainda eram os discursos basilares que davam sentido ao futebol, além do mais, foi exatamente nesse período que a crônica e a crônica esportiva ganharam espaço como gêneros literários no Brasil (BORGES, 2006, p.24-31).

Entre os nomes de destaque dessa incipiente crônica esportiva estavam os irmãos Mário Filho e Nelson Rodrigues, que, entre outras preocupações, procuraram entender o

relação ao pensamento da esquerda brasileira sobre futebol e seu papel na sociedade, ainda é um campo em aberto, pois a ideia do senso-comum de que a esquerda teria reduzido o futebol à alienação precisa ser investigada com mais cuidado.

futebol brasileiro como síntese de nossa cultura, como representação da nossa brasilidade e identidade nacional, assim como, representar o caráter de nossa nacionalidade, o *jeito de ser* do brasileiro, através do futebol. A partir da década de 1930, dessa maneira, e, principalmente, após a derrota em 1950, os brasileiros teriam nos jornais opiniões e juízos sobre o significado simbólico e o estilo do nosso futebol. Então, a atuação da seleção brasileira passaria a ser uma das maiores insígnias do nosso caráter, pois aglutinaria tanto nossas maiores qualidades como nossos maiores defeitos.

A derrota para o Uruguai, em 1950, passou a ser considerado um parâmetro, pois foi vista como a maior tragédia do nosso país, servindo como uma espécie de “pecado original” (ANTUNES, 2004, p.161), pois o brasileiro teria mostrado o âmago de seu caráter: a descrença em si mesmo. A definição, “complexo de vira-latas” (RODRIGUES, 1993, p.51-54) surgiu desse raciocínio. Para Nelson Rodrigues, o brasileiro só seria capaz de vencer uma Copa do Mundo quando acreditasse em suas próprias características, quando assumisse sua brasilidade (ANTUNES, 2004, p.220). Se em 1950 demonstramos os nossos problemas para o mundo, a partir de 1958 todas as promessas depositadas na Seleção e nos brasileiros seriam cumpridas. Na crônica escrita logo após o tri, em 1970, Nelson assim definiu a consequência da incontestável vitória: “Graças a esse escrete, o brasileiro não tem mais vergonha de ser patriota. Somos 90 milhões de brasileiros, de esporas e penacho, como os Dragões de Pedro Américo.” (RODRIGUES, 1993, p.191). Em resumo, a identidade nacional construída pelo cronista carioca:

[...] agrega tanto elementos negativos como de positividade. Dentre os primeiros, pode-se destacar a fragilidade emocional, a insegurança e a humildade [...] Já os elementos de positividade estão representados pela esperteza, pela agilidade e pela molecagem. Todos esses elementos sempre estiveram presentes, segundo Nelson, no futebol brasileiro. Porém, Nelson Rodrigues sempre defendeu o futebol-arte e a capacidade de improviso do homem brasileiro. (BORGES, 2006, p.101-102).

O estilo brasileiro, assim, seria ligado ao futebol-arte e este formado, também, por sua alteridade, o futebol-força dos europeus. Dessa forma, as características já citadas no primeiro capítulo: ataque, improvisação, habilidade, individualismo também seriam formadas mutuamente com certas *tensões*. Uma delas que ilustra esse contraste é a do craque *versus* equipe: “Na definição do estilo brasileiro, são enfatizadas as habilidades individuais, o que torna a disciplina e o jogo de equipe secundários. São ressaltadas, na definição do estilo, as capacidades de improvisação e de arranjo de última hora [...]” (SOARES; LOVISOLO, 2011, p.35). Esse raciocínio foi aproveitado por João Saldanha, um dos técnicos responsáveis pela armação do time campeão no México (até ser substituído por Zagallo meses antes do início do

certame). Para ele: “[...] craque tem que jogar, seja em qual for a posição. Ou seja, a existência de um jogador diferenciado e inventivo não pode vetar a presença de um outro jogador também diferenciado e inventivo [...]” (WISNIK, 2008, p.294). Não só o treinador valorizava o indivíduo, mas colocava o conjunto em segundo plano, pois este seria elaborado em função das individualidades. Como aponta Gilson Gil (1994), o treinador idealizado pelo estilo brasileiro teria qualidades específicas:

O tipo predominante nesse “futebol-arte” seria, em nossa denominação, o ‘treinador-empírico’, que deveria ser um indivíduo avesso às teorias e sistemas rígidos de jogo capazes de anular os ‘craques’. Sua maior virtude estaria em compreender a alma do jogador, seus desejos, preocupações, ambições e frustrações (GIL, 1994, p.102)

O treinador, portanto, deveria não atrapalhar os craques e fazer com que eles estivessem à vontade para jogar futebol. A qualidade inata deles, então, seria suficiente para montar uma seleção campeã do mundo. Posteriormente, mesmo com a rígida preparação física e a longa concentração, a memória coletiva, em geral, esquece-se desta parte e valoriza a seleção do tri como emblema do “estilo brasileiro”, e o talento dos jogadores como o principal motivo do triunfo em terras mexicanas (BARTHOLO, SALVADOR & SOARES, 2006, p.109).

Justamente esse encantamento, produzido após o tricampeonato, aumentou a pressão sobre o selecionado de 1974. Este, assim, vivia um período de transição que tornava o time alvo de dúvidas e perguntas. Não só os principais jogadores do mundial anterior estavam mais envelhecidos ou com problemas físicos, como o maior deles e representante de uma geração de absoluto sucesso tinha se aposentado da amarelinha em 1971. Sem Pelé, já em sua época considerado o maior jogador de todos os tempos, *Opinião* lançou a dúvida: *Em busca de um novo líder?* (*Opinião*, 04 de março de 1974, p.7). Assim, para o semanário, a ausência do maior ídolo do futebol brasileiro:

[...] significa, além de insanável perda de qualidade, que esta nascente Seleção ainda não é popular, não tem o prestígio das que incluída a malsinada e imprecisa formação que participou da Copa do Mundo da Inglaterra em 1966, defenderam o renome de nosso futebol a partir da conquista do primeiro Campeonato do Mundo, em 1958, na Suécia. (*Opinião*, 04 de março de 1974).

Além da carência citada, Gérson e Tostão também não participariam da competição. A falta de três dos principais destaques do tricampeonato, portanto, abriu, segundo as expectativas do periódico, a vaga do líder. Em relação ao prognóstico, este não foi muito otimista:

Entre os experientes, com tradição de Copas há pelo menos três sobre os quais pesam suspeitas de falta de envergadura para substituir no plano da afirmação moral

sobre os seus companheiros os ausentes Pelé, Gérson e Tostão: Rivelino, Jairzinho, Paulo César (do Flamengo). Sobre eles se lançam pechas não muito gratuitas: individualistas, indisciplinados, mascarados. (*Opinião*, 04 de março de 1974, p.7).

Os nomes dos três possíveis substitutos, desse modo, foram duramente criticados. Mesmo tendo participado do triunfo no México, apenas Jairzinho tivera papel de destaque. Sobre Rivelino a acusação foi de que era individualista, além de não ter a “capacidade de se expressar bem”, necessária para um líder qualificado. Os outros dois seriam conhecidos como “mascarados”, adjetivo desmentido pela publicação, ao menos em relação à atuação dos dois na Seleção. No entanto, apesar do bom comportamento, não teriam maturidade suficiente para uma eventual posição de comando. Ainda que a matéria, que ocupou praticamente uma página inteira, acabasse por atenuar as características citadas, a conclusão foi de que a posição estava vaga.

Já na parte final da reportagem assinada por Maurício Azedo, algumas soluções foram sugeridas. A principal delas trouxe o nome de Carlos Alberto Torres que estaria disputando a posição de lateral com Zé Maria²⁵. O primeiro somente teria alguma chance caso o técnico Zagallo quisesse “ousar” e escalar o time de forma mais ofensiva, fato que o próprio jornalista colocou como improvável. O “capita” do tri, por ter se acostumado a um perfil de apoiador, não teria como se adequar às exigências defensivas do treinador. A outra alternativa, na visão do periódico, era Ademir da Guia, um verdadeiro injustiçado. Mesmo sendo o craque do Palmeiras, bicampeão nacional, o meio-campo não recebia as oportunidades merecidas e, por isso, sua capacidade nunca fora, de fato, provada no escrete canarinho.

Desse modo, o jornal destacou, ainda que por um viés diferente, a figura do indivíduo, pois questionou o símbolo do líder dentro do campo. Porém, acreditamos que a metáfora do “líder” não envolveu somente a capacidade dar ordens, de se impor, mas também a liderança técnica, visto que jogadores como Pelé, Tostão e Gérson (colocados como os ex-líderes da Seleção) eram reconhecidos como verdadeiros “craques” no sentido técnico do termo, por possuírem recursos quase ilimitados. A ausência desses teria aberto a posição simbólica e de grande importância para o time. As sugestões do jornal, então, também serviram como crítica ao time de Zagallo. Ademir da Guia, melhor jogador dos dois últimos campeonatos brasileiros, número 10 clássico, fora visto como opção. A lembrança do palmeirense adequava-se à procura do periódico por uma referência técnica e não, necessariamente, alguém que se imporia pela personalidade forte, já que o filho de Domingos caracterizava-se

²⁵ Lateral-direito, foi o reserva de Carlo Alberto Torres em 1970 e titular em 1974. Atuou por dois clubes entre 1968-1983, Portuguesa e Corinthians. Fonte: <http://esporte.uol.com.br/futebol/biografias/470/ze-maria>

pela tranquilidade dentro das quatro linhas. Por outro lado, a indicação de Carlos Alberto, além do currículo vitorioso do jogador e de ter levantado a taça do tricampeonato (portanto um líder reconhecido), serviu, também, para criticar o treinador Mário Jorge Lobo Zagallo. Pois, segundo *Opinião*, com o esquema defensivo do técnico, o lateral-direito não teria espaço no time, visto que sua qualidade de apoiador não possuiria utilidade no selecionado. Nessa matéria, assim, foi possível averiguarmos o que seria uma tônica do semanário: as constantes e pesadas críticas a Zagallo e ao seu defensivismo.

Mesmo com um viés mais rigoroso, as matérias do jornal não foram feitas apenas de julgamentos negativos sobre o desempenho e o conjunto da Seleção, pois existia um contraste a ser analisado: o otimismo de parte da imprensa. Desse modo, na matéria, *Do desespero ao otimismo* (*Opinião*, 20 de maio de 1974, p.6) o jornal atestou que, quando chegara à Europa, no final de semana anterior: “[...] a Seleção Brasileira tinha na bagagem uma carga muito preciosa, reunida após não poucas amarguras nos 69 dias em que se isolou no Rio de Janeiro para os treinamentos com vistas à Copa do Mundo: a confiança da crônica esportiva e da torcida” (*Opinião*, 20 de maio de 1974, p.6). Além do mais, comparou a situação desta Seleção com duas das mais emblemáticas da história do futebol brasileiro:

Ao contrário do que ocorreu com algumas das laureadas Seleções precedentes [...] a equipe brasileira de 1974 partiu para a Copa da Alemanha deixando fundadas esperanças de uma vitoriosa participação no campeonato mundial. É que, ainda ao contrário do que ocorreu em 1958 e 1970, ela saiu com o time definido e no começo do apogeu de seu preparo físico [...] (*Opinião*, 20 de maio de 1974, p.6).

O semanário, assim, admitiu certo otimismo em relação ao time de Rivelino através do destaque de dois elementos importantes: a crônica esportiva e o torcedor brasileiro. A primeira, então, foi vista como parte influente e relevante para a avaliação otimista do escrete. Baseada em Berger e Luckmann, Guedes classifica os jornalistas como “definidores da realidade” e mais ainda: “[...] são os peritos que legitimam e emprestam credibilidade a determinadas interpretações eventualmente esportivas” (GUEDES, 1998, p.45). Portanto a “voz” da imprensa compõe a chamada “opinião pública” e que serve de base para ilustrar o sentimento do próprio torcedor, já que ela mesma, procurando legitimar-se, reivindica esse privilégio. Caracteristicamente, também, a comparação com outras Copas incide na própria lógica da competição que seria constituída por um tempo próprio e uma história própria, segundo Guedes: “Nas Copas do Mundo só a memória de outras copas tem importância, sendo este o maior e mais valorizado confronto institucionalizado entre nações através do futebol.” (GUEDES, 1998, p.48).

As comparações do periódico seguidamente fizeram referências às Copas passadas, pois, por essas possuírem seu “tempo próprio”, tais analogias serviram de base para juízos negativos ou positivos do presente. Por exemplo, as Copas de 1950 e 1954 são vistas, até hoje, como fracassos ou momentos em que não estávamos preparados para ganhar. Já o período entre 1958 e 1970 (com exceção de 1966) em que conquistamos três títulos mundiais, teria sido o tempo de esplendor do nosso futebol em todas suas dimensões, técnica, coletiva e artística. Teria sido quando o “estilo brasileiro” encontrara sua perfeição nos gramados, tornando-se numa espécie de paradigma de como a Seleção deveria jogar (ofensivamente e baseada no talento de seus jogadores), pois assim seríamos quase imbatíveis. Se durante a matéria foram reconhecidas algumas qualidades do selecionado, a conclusão foi um tanto mais pessimista:

Uma Seleção capaz de trazer a Taça FIFA? Ainda não porque só quando a Copa começar é que a Seleção poderá libertar-se da doença insidiosa que a enfraquece e que também seguiu na bagagem, junto com tantas esperanças: o defensivismo do treinador Zagalo, ainda não convencido de que com o talento de seus craques e o esplendor da forma física, o futebol brasileiro é imbatível como sabem os suecos desde 1958, os tchecos desde 1962 e os italianos desde 1970. (*Opinião*, 20 de maio de 1974, p.6)²⁶.

Novamente o defensivismo foi apontado como o maior problema e o único que podia nos impedir de ganhar o tetra. Na visão do jornal, ainda, havia somente um culpado para tal situação: o treinador Zagallo. Pois esse não valorizava o nosso diferencial, o nosso “estilo”. Essas dúvidas perduravam 20 dias depois, na matéria, *Otimistas, apesar de Zagalo* (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3). Com um conteúdo parecido ao da matéria anterior, o semanário advogou-se o direito de ser a “voz” do torcedor:

A estranha lógica do torcedor está acima de acontecimentos fortuitos: ele crê na Seleção porque sabe que o Brasil tem jogadores que driblam e chutam melhor, que têm mais criatividade, mais jogo de corpo. ‘Os europeus não dão pra esse negócio, têm as cadeiras muito duras’, diz o torcedor, com certa autossuficiência. (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3).

Em quatro linhas o jornal acabou por resumir a complexa identidade do futebol brasileiro e sua relação com o europeu. A ideia de que teríamos jogadores mais habilidosos e técnicos independia da situação da Seleção ou das frias análises dos “especialistas”, pois era dada como natural. Lembrar o torcedor “comum” também foi um recurso para legitimar a própria

²⁶ *Opinião* escreve o nome do treinador da Seleção com apenas um “L”, enquanto no site oficial da FIFA e em outros sites consultados o nome do tetracampeão mundial está com duas letras “L”. Por isso, adotamos no trabalho a segunda forma, mas conservamos a citação original da fonte utilizada. Fonte: <http://pt.fifa.com/worldcup/archive/edition=39/teams/team=43924.html>. Consultada em 18/11/2013.

matéria. Pois, o raciocínio do próprio jornalista mostrou-se muito parecido com o do personagem criado, visto que após a vitória no amistoso contra a Seleção da Basileia (Basel)²⁷ por 5 gols a 2, mesmo o time de Zagallo mostrando que: “[...] o futebol brasileiro é poderoso e invencível quando ataca e entra para arrasar [...] [o técnico não abandona] suas concepções defensivas, que igualam o Brasil aos países europeus, adeptos da retranca.” (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3).

No final da reportagem, Maurício Azedo terminou recuperando a figura do torcedor, ilustrando a comunhão nacional gerada, no Brasil, em épocas de Copa do Mundo:

A filosofia do técnico foi por ele mesmo resumida numa frase após o jogo de Estrasburgo: “Nós vamos jogar para ganhar 1 a 0 ou 2 a 1”. Isto significa que, com todo o seu otimismo, o torcedor vai sofrer muito, diante da televisão ou agarrado ao radinho de pilha que não abandonará nestes dias de febre e esperanças. (*Opinião*, 10 de junho de 1974, p.3).

O mês em que a competição acontece é o tempo em que é possível “ver” a nação brasileira, através da mídia, na cidade natal, tudo e todos param para ver os jogos. A representação da figura do torcedor e a forma como ele acompanharia as partidas (sofrendo com o rádio ou em frente à televisão), como ilustração dessa união simbólica, demonstrou, justamente, como funciona a *comunidade imaginada*: as pessoas não tem contato com a sua totalidade, porém sabem que ela existe, e a mídia é um fator essencial: “[...] a imprensa esportiva opera com este pressuposto, possibilitando a emergência de um nível mais englobante de identidade social em que todas as diferenças (de classe, de posição, de etnia, regionais etc.) são tornadas secundárias.” (GUEDES, 1998, p.48).

Essa ligação, essa espécie de “transe” coletivo (Guedes, 1998, p.48) encontra seu ápice durante a Copa do Mundo. Mesmo assim, a cobertura do torneio, no *Opinião*, não foi exagerada, das três edições veiculadas no período da competição (13 de junho a 07 de julho) três matérias fizeram referência ao mundial: a já citada sobre João Havelange (página 34), uma sobre Pelé e seus ganhos financeiros²⁸ e outra que criticava pesadamente o treinador Zagallo. O artigo, *A roupa nova de Zagallo* (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4), foi publicado dois dias antes do jogo decisivo entre Holanda e Brasil. Mesmo a Seleção chegando à segunda

²⁷ Nessa fase final de preparação, a partir de maio de 1974 o Brasil fez os seguintes amistosos (oficiais e não-oficiais) até a estreia na Copa do Mundo: Brasil 0 x 0 Áustria (01/05); Brasil 2 x 1 República da Irlanda (05/05); Brasil 2 x 0 Paraguai (12/05); Brasil 3 x 2 Seleção do Sudoeste da Alemanha Ocidental (26/05); Brasil 1 x 1 Racing Strasbourg (Fra) (30/05); Brasil 5 x 2 Seleção da Basileia (Sui) (03/06). Fonte: <http://www.rsssfbrasil.com/sel/brazil197475.htm>

²⁸ A breve nota “Em busca do tempo perdido”, de 17 de junho de 1974, comenta como Pelé vem obtendo sucesso fora dos campos também através da publicidade. No final, questiona até que ponto a figura do ídolo resistirá a tanta exposição propagandística.

fase e no último jogo com chances de ir à final, o desempenho da amarelinha deixava a desejar²⁹ e isso se refletiu nas páginas do jornal alternativo.

A matéria, assim, foi iniciada com breve citação do conto de Hans Andersen: *A Roupas Nova do Rei*. A história conta que um bandido propôs ao rei fazer uma belíssima roupa e que somente as pessoas mais inteligentes poderiam vê-la. O rei aceita alegremente a proposta e paga muito caro pela vestimenta. Porém, o vigarista não faz alegoria nenhuma e, mesmo assim, todos no reino, inclusive o monarca, fingem estar vendo algo, pois não queriam parecer estúpidos. Já na hora do desfile, em que o rei supostamente vestia a roupa, somente uma criança, com a inocência e picardia necessárias, grita: “O rei está nu!”, no entanto o desfile prossegue normalmente, mesmo todos vendo a nudez explícita, ninguém mais ousara se pronunciar. A ideia da matéria, portanto, foi de desmascarar o treinador brasileiro e seu esquema de jogo, a retranca:

O futebol brasileiro continua a ser o mais criativo, mais engenhoso e mais rico em explosão de virtudes individuais de todo o mundo, mas como produção coletiva e em eficácia está sacrificado pela camisa-de-força de um sistema ultrapassado, tal o rigor de sua filosofia defensivista. (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4).

O periódico, dessa maneira, prosseguia em defesa do nosso estilo nacional. Visto a lógica intrínseca da qualidade de nossos atletas e da inclinação natural para o futebol-arte, algo teria que estar atrapalhando ou impedindo a expressão plena desse estilo. Esse “algo” tinha nome e sobrenome:

Mario Jorge Lobo Zagalo é o pai dessa criação estranha ao espírito e à forma do nosso futebol. Foi com Zagalo que a retranca, criação de uma Europa carente de recursos, ganhou afinal cidadania brasileira, após incursões eventuais pelo país, e se tornou uma instituição tão nacional quando o Carnaval. (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4).

O jornalista Maurício Azedo, assim, responsabilizava o treinador, não só por estar fazendo a Seleção jogar de forma defensiva, mas também porque temia que ele estivesse trazendo a “retranca” para o futebol brasileiro. De certa forma, receava que estivéssemos perdendo nossa própria identidade, tese que mais tarde iria repercutir, dentro das páginas do próprio jornal, nas culpabilizações e possíveis razões para o nosso “desastroso” quarto lugar. O nosso estilo, base para nossas vitórias e para a identidade nacional brasileira, assim, estaria sendo desconstruído por uma única pessoa, seria isso possível? O próprio jornalista responde:

²⁹ Antes da derrota para Holanda, no dia 03 de julho, a Seleção tinha feito os seguintes jogos: Brasil 0 x 0 Iugoslávia; Escócia 0 x 0 Brasil; Zaire 0 x 3 Brasil. Na segunda fase: Brasil 1 x 0 Alemanha Oriental; Argentina 1 x 2 Brasil. Depois da derrota de 2 x 0 para Holanda, o escreto disputou o terceiro lugar contra a Polônia, no dia 06 de julho, e perdeu por 1 x 0, encerrando a competição na quarta posição. Fonte: <http://www.fifa.com>.

“Como então, Zagalo pode, sozinho, influenciar todo o futebol brasileiro, seu modo de ser? Simplesmente pela razão de que Zagalo é o técnico da Seleção, e esse é o paradigma em que se inspiram e se miram todos os demais treinadores.” (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4).

A matéria, de cerca de uma página, portanto, foi categórica ao afirmar que o culpado pelo mau desempenho da Seleção dentro dos gramados, pela retranca estar se espalhando pelo futebol brasileiro, era o técnico Zagallo. Já no último parágrafo da reportagem o jornalista procurou responder o próprio treinador que teria dito, após o empate contra a Escócia, que o futebol europeu passara a frente do brasileiro e ainda que seria preciso iniciar um trabalho de profundidade com todos os técnicos sob pena de o nosso futebol ter seu fim (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4). A resposta de Azedo foi a seguinte:

Por certo ele é um mau profeta: o futebol brasileiro é suficientemente rico para superar qualquer atraso. Mas para isso, como no conto de Andersen, é preciso proclamar *em alto* e bom som que o rei, com seus inúmeros camaristas, anda empertigado, mas esta nu. (*Opinião*, 01 de julho de 1974, p.4) (grifo nosso).

Portanto, o periódico manteve uma linha crítica e bem direcionada em relação ao desempenho da Seleção dentro de campo. No período anterior à Copa, ainda admitiu certo otimismo, mesmo que timidamente. Porém, nunca deixou de salientar o defensivismo e como este era prejudicial para o futebol brasileiro. Claramente, a publicação partiu de alguns pressupostos e um deles foi de que tínhamos um estilo nacional próprio e único, que nos diferenciaria dos europeus. Se tal lógica não estava sendo vista dentro dos campos, se o nosso futebol-arte não estava sendo vislumbrado, as razões teriam que ser buscadas. Assim, mesmo antes da eliminação para a Holanda, o semanário, de certa forma, buscou alguns culpados, e quem se destacou entre os escolhidos foi o treinador Zagallo. Por sua culpa que o Brasil adotava a retranca e esta se espalhava pelos times nacionais. No entanto, esse processo de culpabilizações não se encerrou na figura do treinador; se tornou, na verdade, mais complexo, especialmente após a eliminação, quando foram expostas fraturas e críticas mais profundas.

3. O PÓS-DERROTA: FUTEBOL BRASILEIRO EM CRISE?

Antes de trazermos a repercussão, no *Opinião*, do desempenho e da eliminação da Seleção na Copa, achamos necessário contextualizar e tentar traduzir, ainda que brevemente, os questionamentos e a situação pela qual o futebol brasileiro passava nesse ano de 1974³⁰. Ronaldo Helal busca em seu livro: *Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil* (1997) entender o que chama de “crise do futebol brasileiro”, que segundo ele teria iniciado em meados da década de 1970 e se agravado nos vinte anos posteriores. A “crise”, tratada pelo autor, remeteria ao âmbito organizacional e estrutural do futebol nacional. Uma das conclusões do sociólogo é de que já na metade da década de 1990, esse estaria à beira do colapso. Entre as causas dessa perturbação constariam: interesses pessoais dos dirigentes da CBF (deixou de ser a CBD em 1979) e de alguns clubes; interferência do Estado, devido a uma legislação esportiva que não dava autonomia aos clubes e federações; campeonatos deficitários; paradoxo de gerentes amadores administrando uma atividade cada vez mais profissional e comercial; e o sucesso administrativo do futebol na Europa (HELAL, 1997. p.55).

De acordo com o autor, as causas mais profundas poderiam ser explicadas através da sociedade brasileira. Baseando-se em Roberto DaMatta, busca demonstrar que o futebol brasileiro também foi e é afetado pela chamada “ética dupla” que impera nas diferentes esferas, sociais e econômicas do Brasil. Segundo essa teoria, nossa sociedade conviveria com a presença de diversos códigos que poderiam ser caracterizados: “[...] pela coexistência e interpenetração de dois domínios fundamentais, mas aparentemente antagônicos: o moderno e o tradicional” (HELAL, 1997, p.29). No caso específico do futebol, esses dois elementos formariam um paradoxo ao nível organizacional. O modelo “tradicional” de organização, baseado no amadorismo dos dirigentes e na política de troca de favores entre clubes e federações seria o principal responsável pela “crise”, pois impediria uma administração mais “moderna”, “racional”, esta se distinguiria por: “[...] uma ética única de comercialização, profissionalização dos dirigentes e estratégias de marketing.” (HELAL, 1997, p.33).

Assim, em 1974, o universo do futebol brasileiro começou a visualizar, com mais ênfase, uma série de questionamentos. Helal (1997, p.53-54) busca pelo menos três matérias

³⁰ O Contexto político e o início da abertura política foram discutidos durante o primeiro e o no início do segundo capítulo.

que evidenciam o início da repercussão da crise no respectivo ano: “Futebol S.A.: A Falência de uma Empresa” (*Jornal do Brasil*, 10/07/1974); “Por todo o país, um futebol em falência” (*Estado de S. Paulo*, 28/07/1974) e, por último, “Um futebol que já foi tricampeão é hoje um futebol em crise” (*Estado de S. Paulo*, 28/08/1974). Notadamente, duas delas foram publicadas, ainda, no mês de julho, logo após a participação do Brasil na Copa e outra no mês seguinte, em agosto. Dessa forma, a pesquisa do autor converge com a afirmação de Guedes, pois segundo ela, a derrota do Brasil nessa competição: “[...] desencadeia um processo de acusações, de culpabilizações, que se constitui em riquíssimo material de análise, pois tem o potencial de atualizar tudo que divide a sociedade brasileira.” (GUEDES, 1998, p.54).

Se no âmbito estrutural o futebol brasileiro começou a sofrer pesadas críticas e questionamentos, no plano simbólico o desempenho na Alemanha também foi um importante marco temporal. Conforme Gil (1994), a partir do quarto lugar e como ele fora alcançado, o imaginário que colocava o futebol-arte como único constituidor do nosso estilo, passou a sofrer sérios abalos, sendo o ponto de inflexão de outra “crise”. A alteridade, o futebol europeu, mostrara sua face “moderna”, através da Holanda de Cruyff e rompera com vários dos estereótipos sobre o futebol “racional” e “frio” jogado naquelas terras. Assim, não só as expectativas da expressão do nosso genuíno futebol artístico foram frustradas, como o “outro”, de certa forma, apresentara um jogo diferente e “moderno”. Porém, mesmo assim, ele não saíra vencedor do mundial. Esse quadro gerou indagações e incertezas, sobre o que, até então, era dado como natural e óbvio, além de ter semeado questionamentos mais profundos, parte de um contexto mais amplo:

Nesse momento de redefinição de nossas metáfora e representações coletivas de um dos nossos símbolos culturais mais populares, o futebol, iniciou-se uma crise em nossas construções sobre o que seria ‘tipicamente brasileiro’. Nosso estilo anárquico e individualista passou a ser visto como lento, virando alvo de críticas. Não se falava apenas em melhorar o preparo físico, como em 1966: discutiam-se com mais ênfase nossas visões de progresso e atraso. (GIL, 1994, p.106)

Opinião, assim, vivia esse mesmo contexto. Claro, ainda estava no calor recente dos acontecimentos, porém, como veremos, acabou dialogando com vários dos elementos supracitados. Algumas questões, portanto, são importantes. Qual foi a postura do jornal perante a derrota? Quem foram os culpados, segundo o semanário? Serão reveladas, como indica Guedes, fraturas ou mesmo críticas à sociedade brasileira? É possível notar, através das matérias do periódico, o germe ou o início de uma crise estrutural e simbólica?

3.1 “A culpa” se complexifica.

Logo após a derrota do Brasil pra a Polônia, *Opinião* procurou entender o desempenho da Seleção nos gramados da Alemanha. Assim, a primeira edição pós-eliminação trouxe em sua capa a chamada para a matéria *Zagalo & Cia*, algo incomum na linha editorial do semanário, ter o futebol como destaque. Esse artigo assinado por José Augusto Guilhon de Albuquerque³¹, de certa forma, demonstrou o viés intelectualizado do jornal, pois mesmo com a Copa e a eliminação ainda recentes, o periódico buscou explicar a fraca atuação do Brasil com uma análise de conjuntura, fato raro na imprensa esportiva brasileira. Desse modo, o quarto lugar da Seleção e suas justificativas ocuparam uma página inteira e não se restringiram aos gramados e nem aos personagens típicos do nosso futebol.

O início do artigo, assim, acabou jogando com esse processo de culpabilização, ao explicar as perguntas e o objetivo do texto:

Parece-me útil tentar compreender as transformações por que está passando o futebol no Brasil e as condições que tornaram possível Zagalo e a comissão *Técnica* que o enquadra e com ele assumiu, aos olhos do grande público, a responsabilidade de liquidar com um (*sic*) das raras oportunidades de iniciativa de massa e identificação popular existentes. (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3) (grifo nosso).

Esse trecho deixou claro que a explicação não passaria apenas por Zagallo, mas também pelas condições históricas que, segundo o autor, tornaram a presença do treinador e sua comissão técnica factível. Ademais, independentemente do exagero que a palavra “aniquilar” possa ter sugerido, houve o reconhecimento do futebol como elemento da cultura popular brasileira. Ainda, contudo, o autor não esclareceu, nessa citação, seu posicionamento perante o problema levantando, por isso é necessário avançarmos na análise.

Albuquerque começou sua argumentação da seguinte maneira: “O que me parece decisivo, em primeiro lugar, é o abandono progressivo e, já agora, definitivo da lógica da *obra* pela lógica do *resultado*.” (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3). A primeira seria típica do futebol sul-americano, de concepção artesanal, ou seja, cada partida seria uma “obra-prima” e que não seria fundada no sentido econômico e racionalista do capitalismo. Porém, esse tipo de futebol traria uma ambiguidade intrínseca de que, apesar de artesanal, o caráter único da obra precisaria ser reconhecido e poderia sê-lo, somente, por uma instituição. Assim: “[...] o clube de futebol não pode deixar de ganhar partidas, eventualmente campeonatos, e, em última

³¹ Atualmente é professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Na época em que escreveu o artigo para o jornal, já era professor da USP e doutor em Sociologia pela Universidade Católica de Louvan (França). Fonte: <https://uspdigital.usp.br/> Consultado em: 25/11/2013.

análise, concorrer, ser reconhecido como adversário, não caindo irremediavelmente em divisões inferiores, por exemplo.” (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3). Essa ambiguidade seria o caminho pelo qual a “lógica de resultado” estaria penetrando no mundo do futebol brasileiro e que, por conseguinte, estaria transformando-o em futebol empresarial.

Na sequência de sua exposição, o autor argumentou que as tentativas de “futebol-empresa” fracassaram no Brasil e a partir disso fez a seguinte pergunta:

A verdade é que a *industrialização* do futebol como empresa de espetáculos – empresa *sui generis*, pois não é propriamente *privada*, nem estatal – não pôde ser levada até as últimas consequências nos clubes que a tentaram, como o Botafogo do Rio e o Santos de São Paulo. Quais as razões do fracasso aparente dessas tentativas, e de que maneira esse fracasso levou à solução alternativa de Zagalo & Cia? (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3)

Segundo ele, seria impossível estruturar o nosso futebol através da pura e simples racionalidade econômica e, por isso, atestou a decadência do que chama de “empresas modernas de espetáculos”, definida pela mistura do futebol-arte com a lógica de resultado. Entre as possíveis justificativas desse declínio³² estava a forma como os dirigentes dos clubes administravam ou precisavam administrar seus times. Diferentemente dos diretores de uma empresa que teriam que se preocupar somente com a racionalidade capitalista do lucro, nos clubes de futebol eles teriam, também, que conviver com sentimentos apaixonados (seus e dos torcedores), com a massa fanática, com a irracionalidade:

O dirigente esportivo é, portanto, esse homem dilacerado pela contradição entre a lógica da economia de meios que o obriga a explorar até a medula do corpo disforme mas glorioso de um Garrincha [...] e a glória da notabilidade que o obriga a queimar a camisa de um Jair Rosa Pinto (na época o maior jogador do Flamengo e um dos maiores chutadores do futebol brasileiro). (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3).

Porém, a explanação feita até então, não foi suficiente para entender como, de acordo com a concepção do professor, “Zagalo & Cia” chegaram ao comando técnico da Seleção. Para Albuquerque, a CBD teve papel-chave nessa explicação, especialmente após conversão da confederação em grande empresa, que só foi possível devido a certas condições:

Essas condições surgiram com a transformação do futebol brasileiro em negócio de Estado, o que tornou possível, ao mesmo tempo, a exacerbação do poder de identificação nacional ligado a esse esporte de massa – não só pelo peso da máquina governamental que para isso passou a concorrer, mas também pelo desinvestimento progressivo de outros meios de identificação e participação – e o desprezo mais absoluto da opinião e da vontade dos não competentes, isto é, todos, exceto os

³² O autor esclarece que para um melhor entendimento da questão seriam necessários estudos rigorosos, como, segundo ele, estes não existiam na época, e ele apenas forja algumas hipóteses.

dirigentes esportivos e as autoridades ministeriais respectivas. (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3).

Assim, a união entre futebol (CBD) e ditadura teria demonstrado a verticalização que o futebol brasileiro teria sofrido rumo à lógica do resultado, causada tanto pelos interesses empresariais e políticos da confederação, quanto pelos interesses políticos-ideológicos do governo militar (que também se baseavam na racionalização, na eficácia e na tecnocracia). Além de, por último, ter acusado a centralização das decisões nas mãos dos “competentes”, ou seja, o futebol nas mãos dos dirigentes e do governo, longe do restante da população. Isto é, as outras instâncias da sociedade não tinham, na visão do autor, qualquer possibilidade de definir os rumos da organização do principal esporte brasileiro, pois a marca autoritária e excludente, vigente, especialmente, no contexto ditatorial, também estava presente no mundo futebolístico. Para finalizar, Albuquerque concluiu:

O esquema é bem montado e supõe uma série de preliminares. Em primeiro lugar como supõe uma descaracterização incontestável do estilo de jogo do atleta brasileiro, é preciso afastar os voluntariosos, os criadores de caso e destruir qualquer formação de liderança dentro de campo. Como medida complementar, é preciso criar o terror entre os craques, a incerteza quanto à formação da equipe. Em segundo lugar, o controle absoluto da informação, tanto sobre como para os jogadores, deixa-os à mercê dos especialistas que, num clima de isolamento e insegurança, podem facilmente convencê-los da materialidade de fantasmas ilusórios. (*Opinião*, 08 de julho de 1974, p.3).

Novamente notamos, nas páginas do *Opinião*, uma crítica incisiva contra a comissão técnica e o estilo de jogo adotado na Copa do Mundo. No entanto, dessa vez, as razões ganharam complexidade, pois Zagallo não estaria lá por acaso, pelo contrário, seria fruto de um determinado contexto político e tecnocrático. Assim, nesse artigo, o desempenho da Seleção foi visto como consequência, tanto da contradição do nosso futebol que não conseguia se adaptar a uma administração totalmente racional, quanto da simbiose entre CBD, ditadura e Seleção. Essa simbiose estaria sendo danosa ao futebol brasileiro, pois estaria descaracterizando sua própria identidade, seu estilo único de jogar, que além de ter sido a causa principal dos três títulos mundiais, também era a fonte essencial que fazia o público, o “povo”, reconhecerem-se enquanto brasileiros e torcedores. Portanto, a publicação, ao buscar os “culpados”, nessa primeira edição após a derrota, fez uma investigação mais profunda e diversificada. Mostrou que o futebol não estava à parte da sociedade e que em um contexto específico, de um governo que pretendia controlar as “mentes do povo”, a interferência direta em um dos maiores bens culturais e populares do Brasil fez-se presente. O periódico, assim, utilizou o futebol para criticar e se posicionar contra essa intervenção autoritária, exemplo

disso é que não se deteve ao universo esportivo, pois certamente a utilização de expressões como “afastar os voluntariosos”, o “controle da informação” e a necessidade de “criar terror entre os craques” serviram também como metáfora social e política. Em um contexto de censura, tortura, perseguição e medo, o futebol também se mostrou como parte dessa realidade.

Se na primeira edição após o quarto lugar o semanário privilegiou uma análise conjuntural, na segunda ele foi mais específico em relação à “culpabilização”. Com a matéria *E ao doutor Passo, nada?* (*Opinião*, 15 de julho de 1974, p.10), o alvo foi Antônio do Passo, dirigente da CBD. Desse modo, o periódico focou, especificamente, em um dos principais nomes da instituição que, segundo o mesmo, teve responsabilidade no desempenho da Seleção:

Mais que o treinador Zagalo, o bacharel Antônio do Passo é o grande responsável pelos erros que conduziram a Seleção ao quarto lugar na Alemanha. Partiram deles as principais decisões que ditaram o destino de nossa equipe, ele confirmou o técnico e todos os demais integrantes da Comissão Técnica em seus cargos, aprovou o longo e massacrante programa de treinamentos, apontou os jogadores que podiam ou não ser convocados, selecionou os bisonhos adversários da Seleção nos jogos preparatórios, referendou o padrão tático adotado pelo time, sustentou e justificou o treinador quando era visível que este encaminhava a Seleção para um fracasso. (*Opinião*, 15 de julho de 1974, p.10)

O jornal, apesar de apontar uma lista de sucessivos erros, transferiu a responsabilidade para o “doutor Passo”. Essa matéria, de certa maneira, dialogou com a primeira, já que não procurou dentro de campo os motivos do fracasso. No entanto, tem suas diferenças, visto que ela atingiu dois alvos principais: o dirigente e a própria CBD. O primeiro foi atacado, pois foi tido como o “homem forte” da confederação e, portanto, principal “culpado” pelo que o jornal julgou como uma preparação mal planejada. A segunda foi evidentemente o outro alvo, já que como principal órgão do esporte brasileiro, teria apresentado vários problemas de organização e administração.

Ao revelar mais sobre o que seria o perfil do mandatário e suas funções, o semanário acabou emitindo juízos sobre a estrutura de funcionamento de grande parte do futebol brasileiro de então. Segundo o periódico, o dirigente teria o seguinte lema: “Nós não temos aliados incondicionais nem inimigos irreconciliáveis.” (*Opinião*, 15 de julho de 1974, p.10). Essa frase foi utilizada para explicar a ascensão de Passo, além de ter demonstrado ou, procurado demonstrar, como a política convencional e tradicional, no âmbito da sociedade brasileira, estava fortemente presente no campo esportivo. A capacidade de se adequar a situações e de não criar oposições irremediáveis era, e ainda é, a típica postura centralista e

que demanda, no mínimo, o bom uso da “troca de favores” e do clientelismo. Expediente que em uma administração “moderna” e “racional” é considerada, teoricamente, como inadequado. Além disso, o acúmulo de poderes do diretor também foi evidenciado quando o semanário listou as incumbências do dirigente: “É ele quem decide sobre calendários, escolhe os times que participam do Campeonato Nacional, estabelece o programa para as competições internacionais importantes, indica o treinador e integrantes da Comissão Técnica da CBD.” (*Opinião*, 15 de julho de 1974, p.10).

O jornal, assim, ao buscar e criticar os possíveis culpados pelo fracasso na Alemanha acabou trazendo à tona as deficiências estruturais do futebol brasileiro. Não só desaprovou a concentração de poder nas mãos de um único dirigente, como também ampliou sua perspectiva, ao destacar o futebol “além-Seleção”. Já nessa época, os calendários, o Campeonato Nacional com diversas fórmulas e desorganizado, a falta de dinheiro dos clubes, tudo isso já era reconhecidamente algo problemático. Porém, com a derrota no mundial esses problemas emergiram, principalmente na imprensa, para a superfície de maneira mais rápida e violenta. Assim, nosso futebol estaria “atrasado” em relação à Europa. No último parágrafo, um importante questionamento foi feito:

Na hora das culpas e das absolvições, é preciso questionar se o doutor Passo tem feito uso adequado do formidável poder depositado em suas mãos. E saber também, se o alegado atraso do nosso futebol não será fruto do diagnóstico sábio do velho Flávio Costa sobre a ação e a utilidade dos *cartolas*: “O futebol brasileiro só progrediu do campo para dentro.” (*Opinião*, 15 de julho de 1974, p.10).

Assim, nas duas primeiras edições após a derrota para a Polônia, *Opinião* primou por investigar os culpados fora dos gramados. Não só procurou fugir das explicações fáceis e rasas, como tentou trazer discussões e questionamentos de maior amplitude. A postura do semanário, então, foi de procurar entender o futebol brasileiro a partir de um determinado contexto histórico. Os problemas apontados e as causas para o mau desempenho na Alemanha, desse modo, teriam sido próprios de um cenário mais amplo e que deveriam ser buscados na cultura, na política e na sociedade. Dessa maneira, revelaram-se ou problematizaram-se fraturas desse mesmo contexto, como, a inadequação dos *cartolas* brasileiros em administrar de forma racional o futebol, a concentração de poder em apenas um homem (no caso da CBD), a deficiência organizacional do futebol brasileiro; a ditadura, em simbiose com a CBD e a Seleção, em busca de ganhos ideológicos e políticos. A crítica, por conseguinte, no primeiro artigo principalmente, assumiu uma forma multifacetada e, por isso, não houve como nomear “o culpado”, pois a culpa se dispersou e se aprofundou, tendo-se

mostrado proveniente de uma realidade mais complexa. Ao contrário, na segunda matéria ela teve nome e sobrenome: Antônio do Passo, mesmo assim, a “culpa” não se deteve a ele, pois se dilatou para a CBD e para a cartolagem brasileira.

Portanto, foi possível relacionarmos a repercussão imediata da derrota feita pelo jornal com a proposição de Helal (1997) da “crise do futebol brasileiro”. Vários elementos dela já estavam presentes nas páginas do periódico, inclusive o principal deles: a contradição entre uma administração amadora com um universo cada vez mais capitalista e racional. Complementar a ela esteve a breve avaliação negativa sobre o calendário e o Campeonato Nacional. Ademais, o semanário definiu a situação do nosso futebol como “atrasada”, essa categorização, por sua vez, pressupôs que alguém estava adiantado, portanto a Europa surgia como o modelo organizacional para o futebol nacional. Dessa maneira, a querela, “tradição x modernidade”, constituidora da própria cultura brasileira, reapareceu após o fracasso no torneio mundial³³. Por último, mesmo não sendo o foco do trabalho, é interessante mencionar que o ano de 1974, quando João Havelange assume a presidência da FIFA, é um dos marcos iniciais do processo de globalização e mercantilização do futebol em escala mundial. Segundo Galeano (2010, p.142), Havelange teria anunciado quando chegou ao cargo mais alto de uma das principais federações do mundo: “Vim vender um produto chamado futebol.”. Assim, a interferência do capitalismo e de suas leis passou a se aprofundar no mundo futebolístico de modo mais racional e intensificado.

3.2 Do “oba-oba” ao nihilismo.

Se o jornal reservou as duas edições posteriores à derrota para análises que privilegiaram contextos mais amplos e, que pertenciam, caracteristicamente, ao mundo externo aos gramados, na terceira edição essa lógica sofreu breve alteração. A procura por culpados e explicações colocava, assim, um pé dentro do campo e, continuava a destacar o

³³ Essa questão é perene no imaginário e na identidade brasileiros. A modernidade, geralmente, é vista como algo vem de fora (primeira da Europa e depois do EUA) e que deve ser admirada e adotada. Desde o século XIX, com a vida da família real portuguesa para o Brasil, em que a influência europeia se fez mais presente; ou mesmo a importância da ideologia positivista na segunda metade do século oitocentista, são exemplos do poder do “civilizado” e “moderno” sobre a nossa intelectualidade. O ponto de inflexão nesse quadro pode ser considerado a Semana de Arte Moderna de 1922 que, mesmo sendo um fenômeno complexo, procurou buscar as raízes e a autenticidade do que seria brasileiro. Já mais próximo do período que estamos estudando, as questões nacionalistas e de que seríamos colonizados política, cultura e economicamente são discutidas com força nas décadas de 1940 até 1960. Mesmo com a ditadura já no poder, o movimento cultural tropicalista cujas principais figuras são Caetano Veloso e Gilberto Gil, readaptam importantes indagações e problemas lançados em 1922, revivendo a “Antropofagia” de Oswald de Andrade e tentando em meio a um contexto imperialista, industrial e urbano, reconstruir uma cultura genuinamente brasileira. (OLIVEN, 2003).

quadro geral, porém, com o foco no nosso futebol e em seus personagens principais. A matéria: *Do “oba-oba” ao Niilismo (Opinião, 22 de julho de 1974, p.13)*, portanto, sublinhou a situação do futebol brasileiro e trabalhou, como demonstra o título, a assimetria e a mudança brusca entre dois sentimentos: o da euforia com o da desolação.

Essa relação dialética entre os dois elementos é característica concernente à reação que a atuação da seleção brasileira causa em tempos de Copa do Mundo, ou mesmo parte da própria identidade brasileira e sua relação com o sucesso/fracasso. Um exemplo está no título do livro de José Miguel Wisnik, *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2008). O autor busca no termo *fármakon* (composição química que pode atuar tanto como veneno quanto como remédio) a metáfora para tal ambivalência. Para tanto, ele localiza no exemplo das Copas do Mundo a ilustração definitiva:

Nesses confrontos com o mundo e consigo mesmo, o futebol brasileiro, e por extensão o país, se experimenta como um *fármakon*, um veneno remédio, uma droga inebriante e potencialmente letal que oscila com uma facilidade excessiva entre a plenitude e o vazio. (WISNIK, 2008, p.182).

Assim, muitas vezes, dentro da própria competição, essa oscilação ocorre em questão de jogos, uma partida pode mudar tudo e o que era alegria torna-se a mais fulminante tristeza, para não dizer a mais dolorosa vergonha. Nesse aspecto, o caso de maior representação foi o da Copa de 1950. Como demonstram Fraga (2009) e Vogel (1982), a Seleção já era considerada campeã por parte da imprensa, antes mesmo da partida decisiva contra o Uruguai. A derrota por 2x1, no Brasil, no Maracanã, teve impacto profundo na constituição da nossa identidade nacional, pois a desolação causada foi tão intensa quanto o favoritismo gerado antes da partida. De modo similar, porém, com o final feliz, a Seleção de 1970 embarcou para o México com desconfiança e críticas, e somente com a vitória sobre o Uruguai (a “vingança”) e com a goleada, na final, em cima da Itália, o tricampeonato gerou verdadeira comoção de alegria e felicidade. Era a reafirmação de nossa superioridade e do nosso estilo nacional, nova e comprovadamente éramos imbatíveis dentro dos campos.

Mesmo não sendo o foco do trabalho, cabem breves explicações das possíveis razões de tão flagrante, contínua e repentina oscilação. Da Matta (1979), como já citamos brevemente, sugere que a sociedade brasileira seria composta pela duplicidade de códigos, um seria o código igualitário (moderno) e o outro, que nos interessa mais, o código hierárquico (tradicional). Este último representaria a importância da hierarquia para a nossa sociedade. Portanto, como salienta Vogel: “A Copa do Mundo instaura uma hierarquia entre identidades nacionais. Para os que têm consciência de status à flor da pele, como os membros das

sociedades hierárquicas, entretanto, cada vez que está em jogo uma posição do sistema, é a própria honra nacional que está sendo posto à prova.” (VOGEL, 1982, p.94). Relacionada a essa estruturação simbólica, está a ambivalência entre o tudo e o nada. De forma similar a de Nelson Rodrigues, Vogel identifica que o brasileiro (referindo-se ao caso de 1970) desejava ganhar a Copa, porém tinha medo de acreditar em si mesmo. Assim, teríamos duas atitudes opostas, mas não conflitantes, a dúvida sobre aquilo que é brasileiro de um lado, e do outro, o mais impressionante ufanismo. Conclui Vogel: “Em síntese, na sociedade brasileira ou se vence, e quando isso acontece se é *o maior* ou então se perde e, nesse caso, não se é *de nada*.” (VOGEL, 1982, p.102).

A matéria, desse modo, acabou tendo que dialogar com essa visão que, segundo o semanário, predominava nas explicações para o quarto lugar. Esse diálogo, no entanto, tinha um objetivo claro: o de desmistificar os argumentos favoráveis ao “niilismo” que foi identificado pelo periódico como regra nas análises pós-eliminação. Seriam quatro as afirmações que o justificariam. Primeiro, de que o futebol brasileiro estaria vinte anos atrasado em relação ao futebol europeu; segundo, que nem para a Copa de 1978 teríamos condições de superar esse atraso; terceiro, que a geração de jogadores da época seria medíocre e, por último, tese que seria sustentada por Zagallo, que dependeria dos técnicos a revolução que o futebol brasileiro precisaria empreender. Dessa maneira, a pergunta central que guiou o texto de Maurício Azedo foi a seguinte:

Até que ponto tem razão a turma do oba-oba, que se impressionou com a *corrente pra frente* da propaganda dos patrocinadores da Copa e agora, frustrada em seus sonhos e ilusões, mergulha num complexo de inferioridade mais pernicioso que a própria derrota do Brasil diante da Holanda e da Polônia? (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13).

Nesse trecho, notamos, assim, a referência ao governo ditatorial com o verso “corrente pra frente”, além da inserção econômica da Seleção em um mundo capitalista. Desse modo, o periódico colocou o futebol em um cenário complexo e não negou os usos ideológicos pretendidos pelo governo militar e nem a importância mercadológica do “produto” futebol. Essa contextualização, no entanto, não serviu como motivo para a negação do mesmo (como se esperaria, de acordo com o senso-comum, de um jornal de esquerda) ou para a condenação do esporte mais popular do Brasil, pelo contrário, como mostrou a matéria, o jornal procurou defender o que julgava ser o “genuíno” futebol brasileiro. Sobre a turma do “oba-oba” que, depois da Copa, estaria mergulhada no famigerado “complexo de inferioridade”, o jornal não esclareceu exatamente quem a constituiria. No entanto, devido ao perfil “alternativo” do

periódico, de questionador da “grande imprensa”, acreditamos que esta era o alvo principal, pois também seria ela que teria a maior influência através dos jornais, rádios e da televisão, de emitir juízos, portanto formar um possível padrão argumentativo, combatido pela publicação carioca.

O primeiro fator a ser desmentido pelo semanário, desse modo, foi o relativo ao atraso de vinte anos comparado aos europeus. O jornal iniciou sua explanação alegando que o futebol brasileiro: “[...] continua a ser o mais criativo e engenhoso do mundo, e o será enquanto o futebol depender sobretudo da habilidade individual do jogador.” (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13). Dessa maneira, a publicação persistia na defesa do estilo nacional em relação ao do europeu, pois a essência do futebol brasileiro não fora alterada. A principal justificativa para derrota, então, passaria por outros fatores. Além do mais, o periódico relativizou o papel da Holanda vice-campeã do mundo ao lembrar-se de dois times históricos do nosso futebol:

A maior “máquina de jogar futebol” já formada em qualquer parte não foi a Seleção Holandesa, mas esse time do Santos, que não tinha Cruyff, tinha melhor: Pelé [...] E, importante, essa equipe maravilhosa não era uma criação solitária do nosso futebol, mas produto de sua evolução – era o seu requinte, sua quintessência. Suas raízes mergulham longe, no futebol da década de 30 e têm como melhor floração a Seleção Brasileira de 1950 (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13)

Essa passagem procurou demonstrar como a superioridade do nosso estilo seria inquestionável. Mesmo o time europeu que praticava o futebol mais vistoso do momento e que não se caracterizava, propriamente, pelo futebol-força e sim por uma nova proposta que combinava posse de bola com velocidade e disciplina tática, não poderia ser melhor do que o Santos de Pelé, uma das insígnias do futebol-arte brasileiro. Outros dois elementos chamaram a atenção, o primeiro foi a lembrança da equipe de 1950 como positiva, ou seja, um time de qualidade e digno representante da evolução do futebol jogado em terras brasileiras. Curiosamente, o jornalista preferiu não citar nenhuma das Seleções campeãs do mundo, nem mesmo a de 1970 que, além de ter sido vitoriosa, já era considerada uma das representantes do futebol genuinamente nacional. O silêncio, talvez, tenha se devido à relação entre os títulos mundiais e a CBD (João Havelange); ou, mais especificamente em relação ao tricampeonato, a associação do título com a ditadura ou mesmo porque esse time já era treinado por Zagallo, um dos principais elementos criticados na reportagem:

Falta ao futebol brasileiro, agora, apenas a vocação do gol. Ela foi sufocada pelo treinador da Seleção no período de 1970-1974, com o aplauso ou o silêncio complacente dos que tinham o dever de denunciar a glorificação do *antijogo* –

cronistas, cartolas, jogadores, torcida [...] Na verdade quem está atrasado é o técnico da Seleção (Opinião, 22 de julho de 1974, p.13)

Da mesma forma que o primeiro problema combatido pelo jornalista, o terceiro (a geração de jogadores medíocres) e o quarto (a revolução que o futebol brasileiro precisaria empreender passaria pelos técnicos) tiveram como alvo principal o treinador da Seleção. Sobre a geração de jogadores de 1974, o jornal foi categórico ao afirmar que ela não era melhor nem pior do que as anteriores, porém dois teriam sido os prejuízos em relação à geração precedente: o primeiro seria o fato de não contarmos mais com Pelé e, o segundo, seria em relação ao comando na beira do campo:

A diferença dessa geração de jogadores brasileiros para as estrangeiras é que a nossa, por imposição do sistema tático, joga com a preocupação de não tomar gols, de chegar ao título pela via inacessível do 0 a 0. Nesse ponto os jogadores brasileiros realmente perdem: os alemães têm um Helmut Schoen e os holandeses um Rinus Michels para orientá-los. Os nossos têm um treinador para justificar empates e explicar derrotas. (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13).

Então, o problema teria sido que o sistema tático ganhara predominância em relação ao futebol improvisado e individualizado, característico do nosso estilo. Importante, Azedo não diminuiu a influência do treinador, ao ter reconhecido os méritos dos finalistas de 1974, porém relativizou esse papel, pois, no caso brasileiro, a tática de Zagallo teria atuado como um obstáculo ao desenvolvimento e expressão do futebol-arte, e a forma como jogamos a Copa fora o exemplo cabal disso.

Se a figura responsável pela derrota foi a do técnico, logicamente o jornal não acreditava que os treinadores tivessem que ser os responsáveis por uma possível “revolução” da nossa forma de jogar, como sugeria o item quatro. Segundo o jornalista, quem teria que decidir a sorte do nosso futebol a partir de 1974 seriam os jogadores e o “povo” brasileiro. Os primeiros, devido ao revés profissional e a oportunidade do título perdido, poderiam ver como o defensivismo foi danoso para suas pretensões e tratariam de mudar essa lógica. Já o “povo” brasileiro atuaria de outra forma:

[...] será o povo que empurrará os times para a frente, para um futebol moderno – como sempre foi o nosso – com as suas vaias e os seus gritos de “Pelé!”, “Pelé!”. Açulado assim pela boca multiforme da multidão, o futebol brasileiro sepultará logo, e para sempre, os medos e as heranças dos últimos Zagalos” (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13)

O jornal, assim, reconheceu que o desempenho e o resultado em 1974 inaugurou um momento de questionamentos. Apesar de não ter utilizado a palavra crise, viu que a situação precisava

ser pensada. A salvação, dessa maneira, viria de um retorno ao futebol-arte, porém com ares de modernidade. Dialogou com a Holanda vice-campeã do mundo, mas não abandonou o papel central dos jogadores, representantes máximos do nosso estilo; e da torcida, apreciadora e um elemento de estímulo e, mais importante, de legitimação para a continuação da “arte” no nosso futebol, pois era dessa forma que o “povo” se reconhecia e se identificava com o jogo. Perder tal representação seria também perder a diferença, perder a característica que tornava o Brasil e o brasileiro únicos diante do resto do mundo.

Porém, Zagallo não foi o vilão solitário do nosso vergonhoso quarto lugar; a CBD também fora questionada. No item dois, que argumentou que nem para 1978 teríamos condições de superar o “atraso”, a acusação não recaiu sobre a geração de jogadores e sim sobre João Havelange e a preparação para a Copa que fora organizada pela confederação. Segundo o jornal, a taça de 1972 e excursão para a Europa de 1973 tiveram objetivos alheios à preparação técnica do selecionado: “Estas duas iniciativas, porém, foram sacrificadas pelos interesses eleitorais do antigo presidente da CBD, João Havelange, que utilizou a Seleção como instrumento de promoção eleitoral de sua candidatura à presidência da FIFA” (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13). Na mesma lógica, a matéria concluiu que: “A luta para 1978 não é contra o tempo, mas contra os interesses pessoais que até agora conduziram a CBD em seus contatos com o resto do mundo” (*Opinião*, 22 de julho de 1974, p.13). A utilização do bem público em prol de benefícios pessoais foi e é algo constante na história do Brasil (DAMATTA, 1979). A crítica, assim, mais uma vez acabou colocando o futebol junto à sociedade e à cultura brasileira e demonstrando como ambos relacionavam-se mutuamente. Os problemas, as relações sociais, os códigos presentes nas nossas instituições políticas, no nosso cotidiano, faziam parte do futebol. Mesmo que, nesse caso específico, o alvo fora João Havelange e a CBD, as mazelas e motivos da nossa derrota possuíam raízes mais profundas do que a aparência poderia sugerir.

Portanto, *Opinião* manteve certa coerência após a Copa do Mundo ao continuar defendendo o estilo nacional e o talento dos jogadores brasileiros. Justamente por essa postura, criticou as reações niilistas e pessimistas sobre o futuro da Seleção e do futebol jogado no Brasil. Como o talento dos nossos jogadores seria inato, não havia razões para acreditar em uma possível “crise”, pois ainda teríamos os melhores do mundo, independentemente dos resultados. A linha argumentativa voltou-se, então, contra os fatores que teriam sido os responsáveis pelo não aproveitamento das nossas melhores qualidades. Os dois principais, nessa última matéria, foram o treinador Zagallo e seu “atraso”; e a CBD e seu presidente João Havelange. O primeiro alvo foi acusado de não estar atualizado em relação ao

futebol jogado na Europa e, também por isso, não ter demonstrado condições de orientar os jogadores para a formação de um time que valorizasse o futebol ofensivo e técnico da Seleção. Assim, a Holanda de Cruyff e de Rinus Michels foi reconhecida como um time de futebol moderno, porém não melhor do que o Santos de Pelé, que nesse caso, representou, para o semanário, o símbolo do futebol-arte nacional. Já a CBD seria uma instituição voltada a servir interesses pessoais e não preocupada com o futebol brasileiro, visto que seu presidente a utilizou mais como meio para conseguir votos para sua candidatura na FIFA.

Desse modo, o técnico e a CBD funcionaram como elementos negativos e prejudiciais ao típico estilo do futebol nacional. Formular o antídoto para esse distúrbio caberia, assim, a outros dois elementos: jogadores e torcida. O periódico acabou recorrendo a uma solução mais simbólica do que efetivamente prática. Não deixou claro de que maneira essa atuação deveria acontecer. Visto o histórico de mobilizações dos jogadores brasileiros, por sua própria iniciativa e em prol de um benefício ou uma causa comum, era difícil acreditar que isso ocorreria em nome do futebol-arte ou uma volta às origens. Já a “torcida” não só é uma categoria ampla e extremamente abstrata, como também, no plano social e esportivo, estava longe de qualquer instância decisiva. Caracteristicamente, então, o semanário buscou a preservação de um estilo original que estaria sendo desvirtuado e viu nos dois componentes a responsabilidade de retorno a um passado idealizado e de vitórias. Podemos também, de forma breve, entender esse simbolismo em um contexto social no qual o povo (torcida) e os trabalhadores (jogadores) representariam o elo mais fraco de uma sociedade autoritária e excludente. Portanto, atribuir um papel ativo e de arrojo a eles, convergia com uma vontade política oposicionista de crítica a um governo ditatorial que, a todo custo, tentava suprimir ou controlar qualquer mobilização ou iniciativa popular.

Por último, então, notamos que *Opinião* trouxe fundamentos de um debate que seria remodelado e reconstruído com mais força após a participação da Seleção na Copa de 1974. Os questionamentos sobre o futebol-arte brasileiro, sobre o talento dos jogadores, sobre um possível atraso das concepções do nosso jogo, a Holanda representando um novo paradigma; todos esses fatores apareceram nas páginas do periódico. Ainda que o posicionamento do semanário tenha sido claro ao ter se colocado como defensor do estilo nacional, só o fato de ter precisado reafirmar e discutir essa temática já mostrara que o assunto existia e o debate estava em voga. Assim, como indica Gil (1994), a base das nossas noções de atraso e progresso passaria a ser discutida com mais ênfase a partir do futebol. Para ele, o teórico e o tático passariam a ser mais valorizados e sinônimos de uma possível modernização, ou seja, o que o autor chama de “mulatismo anárquico” teria se tornado um empecilho para as vitórias,

deixado de ser a principal razão delas. Sintomática representação dessa querela foi a contratação de Claudio Coutinho³⁴ como técnico da Seleção, em 1978. Portanto, *Opinião* já participava, nas edições imediatas à eliminação do Brasil, de uma discussão que seria reproduzida nos anos seguintes. Uma discussão que, especialmente em momentos de grandes derrotas, ressurge, porém nunca é a mesma (ainda que existam várias semelhanças), já que é sempre marcada pelo seu próprio tempo e este possui dilemas e questões singulares.

³⁴ O treinador tinha um perfil intelectualizado, e era proveniente das fileiras militares, além de já ter participado como membro da comissão técnica das Copas de 1970 e 1974. Poliglota e considerado um estudioso do futebol, começou a usar termos em inglês para definir a importância da tática como elemento de seu trabalho.

Conclusão

O primeiro elemento a ser notado nessa reflexão final é a relevância que foi dada pelo jornal *Opinião* ao futebol, mais especificamente para a seleção brasileira. Mesmo tratando-se de um periódico com perfil intelectualizado e político, o esporte mais popular do Brasil mostrou-se presente, inclusive com certa frequência, em suas páginas. Se essa constatação pode soar, em um primeiro momento, surpreendente, o contexto histórico nos ajudou a esclarecer possíveis pontos turvos. Por isso, o primeiro capítulo procurou demonstrar não só a relevância do futebol como componente da identidade nacional brasileira, mas também os significados e a conjuntura própria dos anos da ditadura civil-militar.

A ilegalidade, o autoritarismo, a supressão de direitos básicos, o cerceamento e o controle ideológico, presentes na época, são essenciais para o entendimento, tanto do que o futebol e a Seleção representaram para o governo, quanto o que a “imprensa alternativa” significou como uma forma de resistência esquerdista à situação sociopolítica do presente. Assim, o futebol ao ser utilizado pela ditadura com objetivos propagandísticos, tornou-se também assunto político, além de seu apelo como elemento central na cultura brasileira.

A cobertura do periódico manteve, durante todo o ano, avaliações muito mais agudas do que ao contrário. No segundo capítulo, quando pesquisamos sobre o “antes” e o “durante” do mundial, esse tom crítico mostrou-se presente. Na primeira parte, os juízos negativos sobre: a concentração e preparação da Seleção, a militarização da comissão técnica e a complacência da grande imprensa, atuaram tanto como crítica direta para a CBD, regime militar e grande imprensa, quanto simbólica dentro de um contexto ditatorial e repressivo. Além disso, o semanário procurou demonstrar outras perspectivas nas quais o futebol poderia ser visto. Por isso, salientou a mobilização que ele (particularmente em época de Copa do Mundo) gera, porém, ressaltou, e esse talvez tenha sido o ponto mais sensível da análise, como essa comunhão não servia, propriamente, para estimular transformações sociais efetivas. Assim, neste último aspecto citado, tivemos a crítica de que o futebol, na visão do periódico, podia ser utilizado, também, como elemento manipulador. Portanto, desde antes do início do torneio, a crítica social, utilizando o futebol como ponte, ainda que de maneira mais implícita e velada (do que no período após a eliminação), foi patente nas páginas do jornal

alternativo. No entanto, o esporte mais popular do país não foi reduzido a simples instrumento alienador, nesse ponto, o periódico privilegiou uma análise mais ampla e complexa.

Durante o segundo capítulo, de forma mais incisiva na segunda seção, o jornal discutiu e opinou sobre o desempenho da Seleção dentro dos campos. Anteriormente à competição, ainda que o semanário tenha reconhecido algum otimismo por parte da mídia, preservou o tom crítico e de desconfiança concernente à performance do selecionado na Alemanha. De certa forma, a publicação iniciou, de maneira prévia, o processo de culpabilização do pós-derrota, quando criticou duramente o defensivismo que estaria sendo imposto pelo treinador Zagallo. Assim, *Opinião* protegeu o que seria o estilo brasileiro de jogar futebol. Portanto, ele partiu do pressuposto que esse estilo existia e era passível de comprovação empírica. Esse quadro, assim, nos permitiu identificar, especialmente a partir do segundo subcapítulo, certa continuidade na linha argumentativa do semanário: a defesa do futebol-arte nacional enquanto diferencial do Brasil e do brasileiro perante o mundo, além de ter sido considerado como meio para as vitórias do time canarinho.

Para entender essa conjuntura, no decurso do presente trabalho, tentamos delinear alguns aspectos do contexto histórico vivido pela sociedade brasileira e, de forma não totalmente separada, pelo futebol brasileiro. Desse modo, procuramos demonstrar que o governo Geisel caminhou seus primeiros passos em um ambiente menos favorável do que seu antecessor. No campo esportivo, o respectivo ano pode ser considerado como marco primordial de duas crises diferentes do futebol brasileiro, ainda que interligadas: no âmbito organizacional, em que a estrutura da CBD, das federações, dos clubes e suas administrações passaram a ser criticadas de forma mais veemente; e no âmbito simbólico, a apresentação de um futebol defensivo e sem o brilho artístico de outras Copas, iniciou um processo de questionamento do próprio estilo e identidade futebolístico brasileiro, fundado nos prenúncios do futebol-arte.

Portanto, *Opinião*, ao estar inserido nesse contexto, dialogou com vários dos elementos citados. Significativo, assim, foi o primeiro artigo publicado logo após o desfecho da Seleção na Copa. Segundo seu autor, a causa imediata da sofrível atuação teria sido a comissão técnica representada por Zagallo e seu defensivismo, porém as causas mais profundas, por conseguinte, a “culpa”, fora extraída de uma realidade mais complexa. Assim, a associação entre ditadura, futebol (CBD) e Seleção foi tida como o principal eixo de análise para enxergar, na época, a situação do futebol nacional. A fundamental consequência dessa junção teria sido a danosa penetração da “lógica do resultado” em um universo que se provava

vitorioso quando a “lógica da obra” era predominante. Além dessa análise mais profunda, a CBD e o dirigente Antônio do Passo serviram, ao mesmo tempo, como alvo e intermédio para criticar os *cartolas* e a organização do futebol nacional. Logo, notamos a relação com a “crise” enunciada por Helal (1997), a discussão entre tradição x modernidade e, também, o fato de o periódico ter prezado por associar o futebol à sociedade e ao contexto histórico do presente, enquanto buscava os principais culpados para a derrota na Alemanha. Dessa maneira, o semanário foi coerente com a linha anteriormente traçada, pois tanto no segundo como no terceiro capítulo, apesar de neste último ter havido a complexificação da “culpa”, o futebol fora visto como participante de um contexto maior e de uma realidade multifacetada.

Na última parte do terceiro capítulo, o jornal dialogou com alguns elementos da crise simbólica que, segundo Gil (1994), nosso futebol passou a viver a partir da Copa de 1974. Ao criticar o “nihilismo” que parte da imprensa teria imergido o semanário, novamente, advogou a favor do estilo nacional brasileiro, do talento de nossos jogadores e criticou a comissão técnica e a CBD, principalmente. *Opinião*, assim, admitiu certos questionamentos e se posicionou ao lado de um retorno ao futebol-arte (com ares de modernidade, porém), responsabilizando tanto jogadores como torcida a combater o desvirtuamento do nosso futebol. Essa postura, julgamos, de certa maneira, mais metafórica do que realista já que se enquadrava em um contexto social autoritário e excludente no qual o povo e os trabalhadores não tinham voz ativa e precisavam lutar por ela. Porém, novamente, notamos também, no âmbito das representações, a coerência do periódico, mesmo que tenha apontado diversos culpados e nem sempre tenha respeitado uma hierarquização entre eles, a defesa do estilo nacional e do futebol-arte, após a derrota, ampliou-se e mesmo fortaleceu alguns pontos de vista elaborados antes e durante a competição.

Assim, o processo de culpabilização exposto pelo jornal, envolveu diversos e multiformes elementos (muitas vezes relacionados entre si), trazendo a tona questões e fraturas, inclusive simbólicas, da própria sociedade brasileira. Por isso, foram com mais frequência: o governo ditatorial, por ser autoritário, excludente, e tecnocrático, além da militarização do futebol tanto para mantê-lo sob controle, quanto para proveitos ideológicos; a CBD, sua falta de planejamento, a convergência com importantes diretrizes governamentais, a preeminência dos interesses pessoais em detrimento dos esportivos e a organização deficiente; e, por último, o treinador Zagallo por ter descaracterizado o estilo típico e vitorioso do futebol brasileiro com seu defensivismo.

Acreditamos que, tão importante quanto as conclusões aqui resumidas, foram os questionamentos que a pesquisa possibilitou e ainda possibilitará. Devido às limitações e ao escopo de um trabalho de conclusão de curso, muitas das indagações do universo trabalhado tiveram que ser restringidas. Entre elas, como assunto geral e por ser muito pouco explorada pela historiografia, está a relação entre as esquerdas brasileiras e o futebol, mais especificamente, na época da ditadura civil-militar (1964-1985). Embora, tenhamos tangenciado essa temática, e nosso estudo de caso propiciado algumas pistas dessa relação, elas foram insuficientes para entender o mais complexo, que somente um estudo com mais fôlego e abrangente seria capaz de abarcar. Além disso, a trajetória da Seleção na década de 1970, especialmente nos três mundiais, ainda carece de investigações mais profundas sobre seu significado cultural, social e político durante o governo militar. Os dois insucessos seguidos, em 1974 e 1978, como hipótese, quebram uma hegemonia tanto simbólica (do futebol-arte brasileiro), quanto concreta (a perda dos títulos), assim são, potencialmente, interessantes objetos de estudo para pensar importantes questões. Por exemplo, o choque que a mitologia da seleção brasileira teria sofrido e a frustração da retórica ditatorial que era baseada em um “Brasil Grande” ou o “País do Futuro”. Por fim, essas duas últimas temáticas podem não só, esclarecer ideias, consideradas por boa parte da intelectualidade, como já consolidadas (de que a esquerda pensaria o futebol como sendo, sempre, alienante, por exemplo), quanto trazer novas perspectivas para o entendimento do esporte mais popular do país.

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS

- Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 04 de setembro de 1972, p.4.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 e 22 de junho de 1970, p.10.
- Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 03 de setembro de 1972, p.9.
- Opinião*, n.69, Rio de Janeiro, 04 de março de 1974, p.7.
- Opinião*, n.72, Rio de Janeiro, 25 de março de 1974, p.2.
- Opinião*, n.80, Rio de Janeiro, 20 de maio de 1974, p.6.
- Opinião*, n.83, Rio de Janeiro, 10 de junho de 1974, p.3.
- Opinião*, n.84, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1974, p.4-5.
- Opinião*, n.86, Rio de Janeiro, 01 de julho de 1974, p.4.
- Opinião*, n.87, Rio de Janeiro, 08 de julho de 1974, p.3.
- Opinião*, n.88, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1974, p.10.
- Opinião*, n.89, Rio de Janeiro, 22 de julho de 1974, p.13.

BIBLIOGRAFIA

- AGOSTINO, Gilberio. **Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2002.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática. 1989.
- ANTUNES, Fátima R. **“Com o brasileiro não há quem possa!”: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues**. São Paulo: editora UNESP, 2004.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BARTHOLO, Tiago; SALVADOR, Marco Antonio; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Copa de 70: o planejamento México. In: GASTALDO, Édison, e GUEDES, Simoni L. (Org.). **Nações em Campo**: Copa do Mundo e identidade nacional Niterói: Intertexto, 2006, p.103-123.

BORGES, Luiz Henrique. **Do complexo de vira-latas ao homem genial**: o futebol como elemento constitutivo da identidade brasileira nas crônicas de Nelson Rodrigues, João Saldanha e Armando Nogueira. Brasília, UnB, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História - Programa de Pós-Graduação, UnB Brasília, 2006.

BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governo militares. In: In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.13-42.

CAPELATO, Maria. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto; 1988.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**: o poder na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

_____, Roberto. Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro In: DA MATTA, Roberto; BAETA NEVES, Luiz Felipe; GUEDES, Simoni Lahud e VOGEL, Arno. **O universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982, p.19-42.

DAMO, Arlei. Ah! Eu sou gaúcho! O nacional e o regional no futebol brasileiro. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, vol. 13, nº23, 1999, p.87-117.

_____ e OLIVEN, Ruben. **Fútbol y cultura**. Bogotá: Grupo editorial Norma, 2001.

DIAS JUNIOR, Leonço. **Futebol e política em 1970**: uma análise editorial do Jornal O Pasquim no tricampeonato do México. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação); UFRGS, 2010.

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. **Deporte y Ócio en el Proceso de la Civilizacion**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1992.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.167-195.

_____. **Reinventando o otimismo:** ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FLORES, Luiz Felipe Neves. Na zona do agrião. Algumas mensagens ideológicas do futebol. In: brasileiro In: DA MATTA, Roberto; BAETA NEVES, Luiz Felipe; GUEDES, Simoni Lahud e VOGEL, Arno. **O universo do futebol:** esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1982, p.43-58.

FRAGA, Gerson W. **“A Derrota do Jeca” na imprensa brasileira:** nacionalismo, civilização e futebol na Copa do Mundo de 1950. Porto Alegre: UFRGS (tese de doutorado) 2009. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

_____. **Branco e vermelho:** a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal Correio do Povo (1936-1939). Porto Alegre, UFRGS, 2004, Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Dança dos Deuses:** futebol, cultura e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GASTALDO, Édison. A pátria na “imprensa de chuteiras”: futebol, mídia e identidades brasileiras. In: GASTALDO, Édison, e GUEDES, Simoni L. (Org.). **Nações em Campo:** Copa do Mundo e Identidade Nacional. Niterói: Intertexto, 2006, p. 87-101.

GELLNER, Ernerst. **Nações e nacionalismos:** trajectos. Lisboa: Gradiva, 1993.

GIL, Gilson. O drama do “Futebol-Arte”: o debate sobre a seleção nos anos 70. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.9, n.25, 1994, p.100-109.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira:** nove reflexões de um item emprestado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. 500 anos de Brasil, 100 anos de futebol gaúcho: construção da “província de chuteiras”. In: **Anos 90:** revista do programa de pós graduação em História. Porto Alegre: UFRGS, n.13, jul/2000, p. 21-50.

GUEDES, Simoni. L. **O Brasil no campo de futebol:** estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro. Niterói: editora da UFF, 1998.

HELAL, Ronaldo. **Passes e impasses:** futebol e cultura de massa no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HOBBSAWM, Eric. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914 In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org). **A Invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780.** São Paulo: Paz e Terra; 2013.

KERBER, Alessander. **Representações das identidades nacionais argentina e brasileira nas canções interpretadas por Carlos Gardel e Carmen Miranda (1917-1940).** Porto

Alegre, UFRGS, 2007, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa; São Paulo: Página Aberta; 1991.

LOVISOLO, Jorge & SOARES, Antonio J. G; Futebol: a construção histórica do estilo nacional. In: HELAL, Ronaldo; LOVISOLO, Hugo & SOARES, Antonio J. G; **Futebol, jornalismo e ciências sociais**: interações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p.33-51.

OLIVEN, Ruben. Tradição e modernidade na identidade brasileira. In: **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2003, p.205-225.

RAMOS, Roberto. **Futebol**: ideologia do poder. Petrópolis: Vozes, 1984.

RODRIGUES, Nelson. **À sombra das chuteiras imortais**: crônicas de futebol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.43-91.

SANTOS, Daniel de A. **Futebol e política**: a criação do campeonato nacional de clubes de futebol. Rio de Janeiro: FGV, 2012, Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais).

SANTOS, Dominique. Acerca do conceito de representação; In: **Revista de Teoria da História**, Goiás, v. 3, n. 6, p. 27-53, dezembro, 2011.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **A Regra do jogo**: uma história institucional da CBF. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SOUZA, Hélder Cyrelli de. Selos postais e a ditadura militar no Brasil. In: WASSERMAN, Claudia e GUAZZELLI, César A. B. **Ditaduras na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p.123-136.

SILVA, Francisco C. T. Crise na ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.243-282.

VINNAI, Gerhard. **El fútbol como ideologia**. Ciudad del México, Siglo Veintiuno, 1978.

VOGEL, Arno. O momento feliz: reflexões sobre o futebol e o ethos nacional. In: DA MATTA, Roberto; BAETA NEVES, Luiz Felipe; GUEDES, Simoni Lahud e VOGEL, Arno. **O universo do futebol**: esporte e sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982, p.75-115.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.fifa.com>

<http://www.folha.uol.com.br>

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

<http://www.rsssfbrasil.com>

<http://www.uol.com.br>

<https://uspdigital.usp.br>